

# ECONOMISTAS E ELITES DIRIGENTES NO BRASIL

**Maria Rita Loureiro**

No momento em que se observa, em amplos estorces da sociedade, um certo clima de intolerância em relação aos economistas, cabe refletir sobre as origens históricas do processo que deu a este segmento social posição de destaque no seio das elites político-administrativas do país, fazendo-os ascender da condição de assessores técnicos à de dirigentes políticos. É reveladora desse processo a práticas corrente nas últimas décadas da história brasileira, de escolha de ministros da Fazenda ou da Economia, presidentes e diretores do Banco Central, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros no universo dos economistas notáveis, que se aproximam **nesta condição** dos grupos políticos de diferentes orientações. Também são expressivas as críticas atuais contra essa tendência, contidas em expressões como "a febre antieconomista", encontrada em artigo de *O Estado de S. Paulo*, (10/3/1991, p.6), ou na frase "O laboratório Brasil anda escaldado com os economistas", publicada na revista *Isto É/Senhor* (13/3/1991, p. 14). Críticas essas facilmente explicáveis pelo fracasso das inúmeras tentativas de contenção da inflação e por seus efeitos perversos sobre o sistema econômico e político.

Neste texto, pretende-se analisar como os economistas puderam levar a cabo de forma mais completa, as antigas pretensões de poder da intelectualidade brasileira, assumindo postos importantes de direção nos organismos governamentais, enquanto portadores de uma competência específica. O pressuposto dessa análise é a ideia de que a posição dos economistas no seio dos organismos governamentais no Brasil não é produto automático ou "natural", decorrente da expansão das práticas de planejamento e regulação econômica que caracterizam o Estado no período contemporâneo. Para contrapor-se a essa visão - que é simplista - basta lembrar que em outros países a expansão de práticas intervencionistas por parte do Estado não implicou a atribuição de postos de direção política a economistas, enquanto tais.

Realizando um catado comparativo internacional sobre o crescimento da participação dos economistas no governo, ocorrido especialmente após a Segunda guerra Mundial, por influência das ideias keynesianas, Coats (1981), um economista inglês e historiador da ciência econômica, indica que nos diversos países pesquisados (Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Japão, Israel, Noruega etc), os economistas ocupam predominantemente níveis intermediários nas agências públicas. Indica também que, mesmo exercendo funções econômicas ampliadas, os governos nem sempre reconhecem os economistas como reservam postos exclusivos para aqueles portadores da qualificação acadêmica de economistas.(1)

Pode-se citar ainda que, em países como a França, por exemplo, onde a ciência econômica teve seu destino atrelado aos cursos de Direito, só conseguindo se autonomizar muito tardiamente, no final dos anos 50, o recrutamento da classe dirigente, inclusive para as novas funções de planejamento e controle da economia, foi efetuado não entre economistas, mas entre os diplomados pelas chamadas Grandes Escolas, tais como Escola Nacional de Administração (ENA), Escola Politécnica, Escola Livre de Ciências Políticas etc. (Pollak, 1976; Fourquet, 1980; Suleiman, 1979; Birnbaum, 1977). Também nos Estados Unidos, a atuação reguladora do estado na economia não implicou a transformação do economista em dirigente político. Vários fatores relacionados às características do sistema político e universitário americano mantêm os economistas fundamentalmente na condição de cientistas, ocupantes de postos acadêmicos. Embora trabalhem como consultores governamentais, não permanecem muito tempo em cargos públicos, sob pena de perderem prestígio em suas universidades.(2)

Sem descartar o peso dos condicionantes histórico-estruturais, supõe-se neste trabalho que a presença dos economistas no seio das elites dirigentes seja também o resultado de um trabalho coletivo de grupos e instituições variadas, efetuado ao longo de várias décadas nos meios acadêmicos e governamentais, que deu à ciência econômica posição de destaque na hierarquia das disciplinas universitárias e ao mesmo tempo permitiu aos economistas ocuparem postos-chaves no governo. Em outras palavras, a preocupação aqui é captar - no quadro de um Estado com funções econômicas ampliadas e de um sistema político caracterizado pela hipertrofia do poder Executivo e por enorme fragilidade partidária - o processo de constituição de uma elite política específica. E ainda, os mecanismos também específicos que lhe forneceram legitimidade e lhe permitiram assumir posição hegemônica no conjunto das elites políticas do país.

Portanto, o enfoque desta análise não será o de grupo profissional. Não serão, assim, abordadas questões (mercado de trabalho, situação salarial etc.) cujo exame exige referência obrigatória ao conjunto dos titulados pelas escolas de economia no país. A análise do segmento dos economistas que participam do sistema decisório será efetuada aqui a partir da noção de **campo**, isto é, de espaço social onde pessoas, grupos e instituições se constituem pelas relações de concorrência e poder que estabelecem entre si. "os campos sociais são campos de força, mas também campos de luta para transformar ou conservar esses campos de força. (...) os mais diversos campos, como a sociedade de corte, o campo dos partidos políticos, o campo das empresas ou o campo universitário, só podem funcionar na medida em que existam agentes que aí façam investimentos, nos diversos sentidos do termo, que aí comprometam seus recursos e que se envolvam em seus móveis de luta, contribuindo assim, em função do seu próprio antagonismo, para conservar sua estrutura e, em certas condições, para transformá-la" (Bourdieu, 192, pp. 46-47).

A noção de campo é utilizada aqui como recurso que permite analisar os economistas como participantes de um espaço de luta material e simbólica - e não apenas como grupo intelectual, produtor de idéias concorrentes - ou como segmento profissional que reúne os portadores de um mesmo tipo de competência técnica. Ou ainda, como "comunidade científica" que percorre objetivo comum, a busca da "verdade". Essa perspectiva implica o privilegiamento não apenas da análise do pensamento econômico, como mais freqüentemente se faz, mas também do estudo do **meio social** dos economistas, de seus grupos, instituições e disputas.

Esta análise do campo dos economistas levará em conta as relações que se estabelecem em dois espaços sociais diferentes: o **espaço das instituições de ensino superior**, nas quais são produzidos os economistas (e diferentes tipos de economistas que disputam, entre si, diferentes tipos de competência ou qualificação) e o espaço do poder-, ou, mais precisamente, das agências governamentais encarregadas da gestão da economia e das finanças públicas (ministérios, bancos oficiais, empresas públicas, comissões econômicas etc.). A disputa pelo monopólio de postos ou posições de poder que aí se estabelece entre os grupos ou subgrupos (em geral definidos no meio acadêmico das escolas de economia ou centros de estudos e pesquisa) não é exclusivamente expressão de interesses materiais ou ideologias políticas distintas. Pode exprimir também relações de forças internas ao próprio universo social onde foram geradas.

Como os móveis de luta que caracterizam os campos sociais variam historicamente, configurando diferentes grupos e subgrupos no interior de cada um desses espaços sociais e diferentes momentos ou estados das relações de força entre eles, pretende-se realizar a análise da constituição do campo dos economistas no Brasil, a partir dos anos 30 e 40, e as transformações aí ocorridas até o início dos anos 60. A análise do período pós-64, quando se dá a consolidação desse campo, será objeto de trabalho posterior.

Interessa conhecer as características sociais e as trajetórias de carreira que singularizam esse grupo dentro da classe dirigente. Assim, o processo de renovação das elites políticas será captado do ponto de vista da ampliação da ação estatal e de suas agências. E igualmente, do ponto de vista da criação de uma nova competência política: a qualificação técnicoprofissional do economista. Ela se manifesta na habilidade em construir e usar modelos matemáticos sofisticados; na pretensão a exprimir, sob forma de variações quantitativas precisas, processos de produção e distribuição de bens e serviços e fluxos financeiros; e ainda na capacidade de prever e quantificar os efeitos de decisões que interfiram, por sua interdependência, naqueles processos e fluxos. Esse conjunto de habilidades dá a seus portadores o monopólio do exercício de certas práticas como a elaboração e análise de projetos de investimento e desenvolvimento, a manipulação das contas nacionais, o controle e mesmo determinação de fluxos de rendas públicas e privadas, o diagnóstico de tendências econômicas etc. Enfim, a capacidade de pensar a economia em termos globais e a disposição para intervirem seus processos.

Pode-se adiantar a hipótese de que a posição dominante da ciência econômica nos meios intelectuais e universitários no Brasil e sua vinculação estreita ao poder estejam relacionadas às características sociais de seus primeiros promotores. E também ao trabalho bem-sucedido de montagem institucional que certos grupos puderam empreender, tanto no âmbito do aparelho de Estado quanto nos meios intelectuais e universitários. Isso porque os primórdios da ciência econômica - ou melhor, os primeiros estudos de economia no Brasil - relacionam-se a figuras de extração social elevada, tais como engenheiros com carreira na direção de empresas privadas ligadas à construção de obras públicas, como Vieira Souto(3), Eugênio Gudim e Roberto Simonsen, que começaram a se interessar por essa disciplina no bojo de suas atividades profissionais e, no caso dos dois últimos, também na qualidade de membros participantes de comissões ou conselhos técnicos, criados no país a partir dos anos 30, para discussão e encaminhamento de seus problemas econômicos e financeiros. O interesse por essas questões atraiu também altos funcionários do governo e de agências internacionais (como Otávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos e outros). Eles se tornaram economistas através de formação autodidata e por razões de ordem prática, relacionadas às suas atividades de gestão, direta ou indireta, de negócios públicos.(4)

Para efeito de comparação, indica-se que a sociologia se constituiu diferentemente no Brasil, enquanto curso universitário que recrutava predominantemente mulheres e camadas sociais menos favorecidas (Miceli, 1989, pp. 74-81). Além disso, os estudiosos da sociologia, bem como das demais disciplinas das ciências sociais, mesmo tendo estado intimamente ligados à política e ocupado cargos públicos, especialmente no Rio de Janeiro, não lograram a mesma realização dos economistas, isto é, a criação de espaços no interior dos órgãos governamentais que lhes fossem praticamente reservados "em razão de competência técnica específica". Como mostrou Almeida (1989), os cientistas sociais pretendiam que seus estudos tivessem relevância política e que a sociologia fosse "a autoconsciência da nação (...), o conhecimento interessado que iluminasse e orientasse as opções das forças políticas e dos *policy makers*". Ou ainda, que seus estudos conduzissem à elaboração de planos, leis e ações concretas por parte dos governos, em variados domínios, desde a educação até os negócios privados e públicos (p. 216). Todavia, o papel que intelectuais como Guerreiro Damos, Costa Pinto, Hélio Jaguaribe, Anísio Teixeira e outros atribuíam à sociologia e à ciência política - o de base da formação da nova elite política e instrumento para a condução das decisões governamentais - foi, na realidade, concretizado pelos economistas. A reconstrução desse processo constitui o desafio a enfrentar no presente trabalho.

Por fim, é preciso apontar alguns problemas de pesquisa decorrentes da perspectiva analítica aqui adotada. Ao estender a reflexão sociológica para uma temática ainda não abordada, onde estão envolvidos concorrentes intelectuais próximos, este estudo implicou a reflexão sobre as relações entre sociólogos e economistas e suas posições diferenciais no oleio intelectual e político no Brasil.(5) E exigiu esforço redobrado do pesquisador para evitar tanto o trabalho intelectual dominado de apologia quanto uma postura de criticismo sistemático. A construção deste objeto de estudo trouxe ainda dificuldades para o levantamento de dados, expressas na recusa sutil por parte de alguns economistas em colaborar com trabalho percebido como tentativa de tratá-los como objeto da investigação, a eles que estão habituados à posição de sujeitos da análise científica; ou então, na atitude de pouca importância atribuída a pesquisa que não se atém fundamentalmente ao que é considerado produto legítimo de intelectuais ou cientistas, isto é, as teorias, os modelos analíticos, os conceitos etc.(6)

O processo de formação da competência específica do economista e de sua identidade como segmento da elite dirigente desenrolou-se não apenas no âmbito acadêmico das escolas de economia, elas sobretudo no interior dos órgãos governamentais e instituições de pesquisa aplicada. E ainda no bojo das lutas político-ideológicas que atravessaram os anos 30-60 no país.(7) Se a consolidação dos cursos universitários foi longa e difícil, só se realizando nos anos 70, com os cursos de pós-graduação, pode-se dizer que a construção da competência prática no decorrer da atuação em organismos governamentais foi processo comparativamente mais rápido e eficaz.

### **A construção de espaços e de competência específica no seio dos organismos governamentais**

Já foram bastante estudados os processos de centralização política e de expansão do controle da economia por parte do Estado no Brasil, a partir dos anos 30. Também já foram analisados os efeitos desses processos no que concerne à transformação da informação técnica em recurso político; e ainda, o deslocamento dos centros de decisão para as novas agências encarregadas da regulação e planejamento econômico, que se tornaram espaços catalisadores das disputas de interesses de grupos empresariais e mesmo veículos de formação de ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas (Souza, 1976; Martins, 1976; Ianni, 1971; Lafer, 1970; Sola, 1982; Diniz e Boschi, 1978; Mantega, 1985).

Na medida em que o campo dos economistas se constituiu no bojo desse conjunto de transformações, retomam-se aqui estas análises, realçando certas dimensões aí não explicitadas. Destaca-se de início que a informação técnica que se transformou em recurso político foi o conhecimento econômico; e que tal conhecimento, tanto em suas dimensões teóricas quanto instrumentais, não é consensual, mas objeto de disputas entre diferentes grupos de economistas. Portanto, faz-se necessário explicar o processo através do qual os economistas se tornaram segmento hegemônico no seio dos técnicos; e igualmente como determinadas informações técnicas (por exemplo, as tecnologias que envolvem a construção de índices de preços, no contexto de uma economia estruturalmente inflacionária), transformando-se em instrumentos de poder político, foram apropriadas, ou melhor, transformaram-se em objeto de especialização de certos grupos de economistas.

Seguindo essa linha de raciocínio, indica-se de início o papel que desempenharam, na formação do campo dos economistas no Brasil, agências como os conselhos técnicos do primeiro governo Vargas, as comissões econômicas internacionais, os grupos executivos do governo Kubitschek, e órgãos como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, o chamado "superministério" que controlava o orçamento governamental durante todo o Estado Novo), a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc, órgão criado em 1945, junto ao Banco do Brasil, com atuação importante na área monetária e cambial) ou o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). Constituinte-se como espaço privilegiado de decisão apropriado pelos técnicos, cabe mostrar que elas funcionaram também como **escolas práticas de formação econômica diferenciada** para engenheiros, advogados e outros altos funcionários que se envolviam com as atividades de regulamentação e controle de diversos setores econômicos e com as tarefas de planejamento do desenvolvimento industrial.

Nesse sentido, é bastante significativo, por exemplo, o depoimento de Jesus Soares Pereira sobre o conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), um dos mais importantes conselhos técnicos do primeiro governo Vargas. Além de órgão de coordenação e desenvolvimento econômico, ele indica também o papel representado pelo CFCE na formação de economistas autodidatas como ele:

"O CFCE foi a máquina deliberativa e até mesmo legislativa do Estado Novo. O verdadeiro órgão criador de legislação econômica do país. *Para mim, uma grande escola técnica... A minha grande escola ativa no trato dos problemas econômicos nacionais* (pois no Brasil) não havia, nessa época, escola de economia..." (Pereira, 1975, pp. 46-49, grifos meus).(8)

E também interessante relembrar aqui as análises efetuadas por Luciano Martins (1976), relativas ao BNDE. O trecho a seguir aponta como esta agência permitiu o desenvolvimento de uma competência técnica específica (concretizada na habilidade de pensar a economia em termos globais) por parte daqueles que posteriormente iriam ser denominados economistas. E, ainda, revela o processo de produção da legitimidade (isto é, crença na competência) dos técnicos como novo segmento da elite dirigente.

"Desde a sua criação, e de maneira mais clara no governo Kubitschek, praticamente todas as demandas de financiamento para os investimentos industriais do setor público e do setor privado passam pelo crivo do BNDE... O montante (de recursos financeiros à sua disposição), assim como a liberdade adquirida frente ao Congresso para a sua aplicação (...) fizeram do controle do BNDE um dado importante no jogo das elites. *Os técnicos eram, enquanto categoria, os melhores colocados nessa disputa. Em suma, porque eram eles que tinham acesso à informação técnica trazida pela 'cooperação internacional' e exigida para o exercício eficaz de uma das funções atribuídas ao banco: a análise dos projetos de investimento*, notadamente daqueles que deveriam ser apresentados aos organismos internacionais de financiamento. *Este fato, aparentemente banal, adquire em um país como o Brasil uma importância considerável porque o número de pessoas capazes de preencher esta exigência era extremamente reduzido. Aqueles que o podem fazer adquirem por isso mesmo uma autoridade imediata*" (Martins, 1976, p. 398, grifos meus).(9)

Por outro lado, pode-se apontar que a Sumoc, além de ter gerado decisões que influenciaram de forma significativa o processo de industrialização dos anos 50, desempenhou também papel de destaque na formação prática de futuros economistas. Criada como meio de contornar as pressões da alta burocracia do Banco do Brasil contra a criação do Banco Central, a Sumoc constituiu, segundo palavras de seu idealizador, Otávio Gouveia de Bulhões, um instrumento de preparação do futuro Banco Central.

"A Sumoc estava preparando as bases de uma política para se transformar em banco central, mas *precisava principalmente treinar pessoal...* Serviu basicamente para isso, teve essa grande virtude: trouxe funcionários do Banco do Brasil que se especializaram em problemas de crédito" (O. G. Bulhões, Depoimento ao CPDOC/FGV, 1990, p. 93, grifos meus).

Casimiro Ribeiro, um dos antigos funcionários do Banco do Brasil, recrutado por Bulhões para a Sumoc, indica que grande

parte de seus integrantes vieram do Departamento de Estatística e de Estudos Econômicos do Banco do Brasil, que já era lugar relativamente privilegiado para a formação técnica em assuntos econômicos, pois além de biblioteca especializada, uma das poucas na época, recebia também informações de vários órgãos do governo e inclusive estatísticas do IBGE, para assessorar o ministro da Fazenda. Com relação à Sumoc, ele descreve com detalhes a formação prática dos quadros do futuro Banco Central.

*"O orçamento monetário surgia historicamente, como exercício estatístico, no Departamento Econômico da Sumoc... O trabalho mais sofisticado que fizemos foi justamente a consolidação das contas das autoridades monetárias, para se ter uma idéia do banco central brasileiro hipotético que existia no meio daquela confusão... Foi nesse ponto que Alexandre Kafka nos deu uma colaboração muito boa. Ele, com informações menos precisas mas com uma visão muito boa do problema, já tinha feito, com alguns auxiliares, uma consolidação na Fundação Getúlio Vargas. Confrontamos nossas idéias com o trabalho dele, vimos uma coincidência enorme e levamos adiante certos aspectos que ele não tinha levado, por não ter tido tempo, elementos ou acesso às informações que então tivemos. Vivemos sobretudo mais tempo para refinar a metodologia..."* (Casimiro Ribeiro, 1990, pp. 66-67, grifos meus).

Embora longa, esta citação é interessante, pois descreve o processo de aprendizagem empírica de uma das tarefas primordiais daquele órgão, o orçamento monetário. Revela também o vínculo estreito, como será posteriormente enfatizado, entre os técnicos do governo e os economistas da Fundação Getúlio Vargas.

A Sumoc teve ainda papel de relevo na formação de economistas ao adotar a prática de envio sistemático de seus funcionários para estudos no exterior. Eis o depoimento de Ernane Galvêas a respeito:

"O Herculano (Borges da Fonseca) teve uma visão muito ampla em relação ao que seria o trabalho na Sumoc, e mandou muita gente estudar fora. Ele estimulou muitas pessoas a irem fazer cursos no exterior. O Guilherme Pegurier foi para o Fundo Monetário fazer curso de balanço de pagamentos, o Sidney Latini foi para o Fundo Monetário fazer curso de balanço de pagamentos, o Casimiro Ribeiro foi para a Inglaterra. E eu... Havia um curso de Teoria e Política Monetária no México que muita gente ambicionava fazer. Era um curso de oito meses no CEMLA, Centro de Estudos Monetários Latino-Americano... Fiz o curso no México em 1954. E esse curso foi muito importante para mim por duas razões. Primeiro, porque eu tive muito bons professores mexicanos ou do Banco Mundial, do Fundo Monetário... E porque fui premiado com uma bolsa de estudos numa universidade americana... Eu fui fazer *um master* de economia na Universidade de Yale. Isso em 1958 (Galvêas, 1990, pp. 8-10).

Em suma, os conselhos técnicos e as comissões econômicas internacionais, como processos embrionários, e posteriormente a Sumoc, o BNDE, a Cepal, o grupo misto BNDE-Cepal(10), a chamada Assessoria Econômica de Vargas(11), o Plano de Metas e os grupos executivos, no governo Kubitschek(12), como situações mais amadurecidas, constituíram, ao longo dos anos 30-50, os lugares-chaves dentro do espaço governamental de atuação dos técnicos-economistas e de formação de sua competência prática (quadro I).

**QUADRO I****Organismos governamentais de gestão econômica e instituições de estudos e debates econômicos no Rio de Janeiro e seus principais integrantes (1930-1964)**

Nome/data criação	Principal função	Integrantes a destacar
Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) (1934-45)	Controle do comércio exterior. Coordenação das atividades econômicas durante o Estado Novo (tribuna do Min. do Planejamento).	Jesus Soares Pereira.
Seção de Estudos Econômicos/Ministério da Fazenda	Assessoria do ministro Souza Dantas (Estado Novo).	Orávio Gouveia de Bulhões, Eduardo Lopes Rodrigues.
Depto. de Estatística e Estudos Econômicos/Banco do Brasil	Elaboração de estudos econômicos e estatísticos.	Casimiro Ribeiro, Aldo Batista Franco, José Nunes Guimarães.
Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (1938)	Controle do orçamento ("superministério" do Estado Novo).	Simões Lopes (d. geral), Arizão Viana, Celso Furtado, Cleanto Paiva Leite (funcionários).
Comissão de Mobilização Econômica (1942)	Organização de recursos econômicos durante a guerra.	Valentim Bouças, Lucas Lopes, Glycon de Paiva.
Conselho de Planejamento Econômico (1944)	Órgão consultivo da presidência (Estado Novo).	Eugênio Gudin, Dias Lene, Jorge Kafuri.
Conselho Nacional de Política Industrial-Comercial (1944)	Órgão consultivo da presidência (Estado Novo).	Roberto Simonsen.
Sumoc/Banco do Brasil (1945)	Controle da política monetária e cambial (tribuna do Banco Central).	O. G. Bulhões, Hercúlio Borges da Fonseca, C. Ribeiro, Dênio Nogueira, Eduardo Gomes Jr., Sidney Latini, Paulo Lira, Guilherme Pegurier, Basílio Machado.
Comissão Abbiak (1948)	Debate de problemas econômicos entre técnicos dos dois países.	O. G. Bulhões, Genival Santos.
PGV (1944)/BRE (1951)	Formação de quadros para a gestão econômica. Centro de estudos econômicos aplicados.	S. Lopes, A. Viana, E. Gudin, O. G. Bulhões, Garrido Torres, D. Nogueira, Alexandre Kafka, Mário Henrique Simonsen, Julian Chacel, Isaac Kerstenetzki.
Conselho Nacional de Economia (CNE) (1949)	Órgão consultivo da presidência (sucessor do CPCE).	O. G. Bulhões, D. Nogueira, G. Torres.
Carteira de Exportação e Importação (Cexim)/Banco do Brasil (1951)	Controle do comércio exterior.	S. Lopes, Roberto Campos, C. Ribeiro, G. Torres, A. B. Franco.
Comissão Mista Brasil-EUA (1951)	Debate de problemas econômicos e cooperação internacional entre técnicos dos dois países.	R. Campos, L. Lopes, G. de Paiva, V. Bouças.
Assessoria Econômica de Vargas (1952-1954)	Elaboração de estudos e subsídios para as decisões na área econômica.	Rômulo de Almeida, J. S. Pereira, C. P. Leite, Ignácio Rangel.
BNDE (1952)	Financiamento do desenvolvimento econômico.	R. Campos, L. Lopes, G. de Paiva, G. Santos, C. P. Leite, I. Rangel, Américo Barbosa de Oliveira.
Cepal/Nações Unidas (1948)	Estudos para a formulação de políticas para o desenvolvimento econômico da América Latina.	C. Furtado.
Grupo Misto BNDE-Cepal (1958)	Formulação de programas de ação conjunta.	C. Furtado, R. Campos, Aníbal Villela.
Grupos Executivos do Plano de Metas do Governo JK (1956-1960)	Elaboração e implementação de programas para o desenvolvimento dos setores econômicos.	R. Campos, G. de Paiva, L. Lopes, S. Latini.
ISEB (1958-1964)	Estudos e formação de quadros para organismos governamentais ligados ao desenvolvimento nacional.	Ewaldo Correia Lima, I. Rangel, R. Almeida, João Paulo A. Magalhães.

Todavia, a atuação nos organismos encarregados da gestão da economia por parte de diferentes profissionais que, aos poucos e por efeito inclusive dessa atuação, vão sendo denominados economistas não implicou homogeneidade interna. Muito ao contrário, ela produziu profundas divergências entre os técnicos quanto aos rumos a imprimir às políticas econômicas e mesmo quanto ao papel do Estado frente à economia. Desenvolvimento econômico, nacionalismo, protecionismo, defesa contra o capital estrangeiro, intervenção estatal, planejamento, e outros temas recorrentes nos debates político-ideológicos dos anos 40-60, serão igualmente marcos definidores de clivagens no meio social nascente dos economistas, onde as questões teóricas se misturam com as disputas políticas, superpondo-se oposições entre, de um lado, a direita "entreguista", monetarista ortodoxa, e, de outro, a esquerda nacionalista, estruturalista heterodoxa. (13)

### Os meios intelectuais e as lutas entre grupos (14)

#### *A controvérsia sobre o planejamento econômico*

O espaço social dos técnicos-economistas se organizou, desde seus primórdios, através de inúmeras disputas. As disputas dos técnicos frente a outros agentes políticos, especialmente parlamentares e representantes patronais (Sola, 1982; Martins, 1976); as disputas entre diferentes segmentos da burocracia econômica, como por exemplo as divergências entre grupos do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda em torno da criação do Banco Central (Bulhões, 1990; Ribeiro, 1990; Nogueira, 1990); e as lutas internas entre diferentes grupos de economistas.

No início dos anos 40, o campo dos economistas começa a tomar forma com a polêmica estabelecida entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen, que foi posteriormente reproduzida como a "controvérsia sobre o planejamento econômico". Sendo essa disputa suficientemente conhecida, cabe aqui apenas lembrar que, de um lado, Simonsen propunha, como integrante e relator do Conselho Nacional da Política Industrial e Comercial (CNPIC), a ampliação da intervenção estatal na economia, através do planejamento e da adoção de medidas protecionistas às indústrias brasileiras. De outro, Gudin, defensor do liberalismo econômico,

rejeitava, como relator da Comissão de Planejamento econômico, as propostas de planejamento e o excessivo protecionismo governamental às indústrias brasileiras e propunha reformas na área monetária e fiscal e a restrição da atuação do Estado apenas a medidas corretivas das tendências desviantes do mercado.(15)

Seria ocioso apresentar aqui os pontos de vista discutidos e avaliar quem saiu vencido nessa controvérsia que, aliás, parece só ter produzido vencedores. O que importa ressaltar, no âmbito deste estudo, é o efeito simbólico desse debate - que até será reatualizado, três décadas mais tarde, com a publicação em 1973 de uma nova edição, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPFA) do Ministério do Planejamento. Com ele inicia-se, já nos anos 40, o processo de reconhecimento da competência do economista como interlocutor político. Nesse sentido, os dividendos puderam ser capitalizados por Gudin, que tinha posição de destaque nos meios acadêmicos, como professor catedrático da mais importante escola de economia da época e diretor do centro de estudos econômicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ocupando tal posição, Gudin e seus colegas enfrentarão também, nos anos 50, os ataques provenientes dos integrantes da Cepal, que lhes farão oposição, com as teses estruturalistas. E essa situação que lhe permitirá a pretensão, segundo Celso Furtado (1985, p. 172) de "monopolizar o enfoque científico" dos problemas econômicos.

Para compreender as disputas entre a Cepal e a FGV e seus efeitos sobre a constituição do campo dos economistas, é necessário tomar contato antes com o meio acadêmico onde nasceram as escolas e os centros de pesquisa em economia.

#### *Os dilemas e dificuldades da implantação dos cursos universitários*

Os primeiros cursos superiores oficiais de economia foram criados no Brasil nos anos 40. Antes disso, o ensino da economia restringia-se a algumas poucas disciplinas destinadas à formação de cultura geral nos cursos de Direito e Engenharia, e ainda como uma das dimensões ou desdobramentos do ensino comercial profissionalizante.

Como se sabe, as transformações políticas ocorridas no Brasil nos anos 30 tiveram importante repercussão nos meios intelectuais, já em grande efervescência desde a década anterior, ativando os debates em torno da criação de projetos de universidades no país, tidas como necessárias à formação de uma nova elite dirigente encarregada de levar avanti a tarefa de modernização do Estado. Para o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, uma das lideranças políticas do grande projeto universitário, o preparo das elites era mais importante do que a alfabetização intensiva das massas. Mas, para ele, tratava-se de uma elite especial:

"A elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira, índices fragmentários de nossa precária civilização, será o *corpo técnico*, o bloco formado de especialistas em todos os ramos de atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil" (citado por Schwartzman, 194, p. 206, grifo meu).

No caso da economia, o primeiro projeto de criação de uma faculdade nasceu com a reforma de Francisco Campos, em 1931, que pretendia criar a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Essa faculdade nunca chegou a ser criada com tal nome e foi objeto de muita disputa entre diferentes grupos de interesse. Havia, por um lado, os egressos das escolas de nível secundário de comércio e contabilidade e das faculdades privadas de ciências econômicas, que viam na nova faculdade a oportunidade de obtenção de um *status* universitário para seus cursos e, ao mesmo tempo, a aquisição de reconhecimento social para sua profissão; para outros, ela deveria ser um núcleo de formação de quadros dirigentes, requisitados para as necessidades de modernização do Estado brasileiro. Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões foram os principais representantes dos grupos ligados a essa orientação, que acabou definindo o projeto vitorioso em 1945, quando finalmente se criou a (Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

Destacam-se as condições que propiciaram a vitória desse projeto. Embora o grupo que representava os interesses dos contadores e administradores, organizados nos sindicatos de economistas profissionais do Rio de Janeiro e São Paulo, tivesse feito muitas pressões junto ao ministro Capanema, mobilizando grande número de seus integrantes na elaboração de documentos, cartas de reivindicação etc., os trunfos sociais de Gudin e Bulhões eram extremamente elevados.(16) Além da privilegiada posição social, participavam dos altos escalões do governo Vargas (quadro I) e tinham ainda ligações com os grupos de intelectuais envolvidos com os novos projetos universitários. Gudin, por exemplo, já integrava em 1937 a Sociedade Brasileira de Economia Política, encarregada de projetar uma escola superior de economia no Rio de Janeiro. Em 1938, quando se criou a primeira escola superior (privada) de economia, dirigida por Temístocles Cavalcanti, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Gudin fez concurso para professor e tornou-se um dos primeiros catedráticos da cadeira de Moeda e Crédito daquela escola.(17)

É interessante lembrar aqui a estratégia de Gudin e Bulhões de submeterem seu projeto do curso de economia aos professores de Harvard, em agosto de 1944, logo após a conferência de Bretton Woods, da qual participaram como representantes brasileiros. Atribuía assim ao trabalho dupla legitimidade: a dos meios universitários americanos, para obterem força frente aos adversários no Brasil e, na universidade americana, a legitimidade dos organismos econômicos internacionais, de onde acabavam de sair. Eis como ele relata essa visita em carta ao ministro Capanema:

"Escrevi na pedra o programa e o projeto do currículo que lhe recomendamos, para submetê-lo à crítica de todos e para receber as sugestões dos mestres. Tenho a satisfação de comunicar-lhe que depois de fazerem várias perguntas e de pedirem esclarecimentos, todos os professores de Harvard acharam o programa excelente, dizendo que nada havia a modificar" (Citada por Schwartzman, 194, p. 224).(18)

O que estava em jogo por trás dessa questão de separar ou não as duas faculdades é, na verdade, um processo mais amplo de distinção de dois segmentos sociais específicos e de separação de seus diferentes interesses: a) o das camadas sociais mais baixas, oriundas das escolas de comércio, que pretendiam realizar trajetória de ascensão social, através de titulação universitária

passível de ser obtida no novo curso de economia; e b) o constituído por segmentos de extração social elevada que, a partir de longa prática profissional em postos elevados de funcionários do Estado ou de grandes empresas privadas, compreenderam a necessidade de formação de novas elites dirigentes, capacitadas em questões econômicas.

Para esse último grupo, que acabou definindo a orientação imprimida à nova faculdade, tratava-se de criar novos quadros dirigentes, com tendências modernizantes e inspirados em princípios de racionalidade e rigor científico. Daí a rejeição de currículos "mistos", compostos por uma diversidade de disciplinas jurídicas e administrativas (mais acessíveis às camadas sociais com pouco capital econômico e intelectual). E a afirmação de um curso com forte ênfase na matemática, nos métodos estatísticos e em teorias econômicas (que exigiam maior formação escolar e eram, portanto, menos acessíveis a grupos sociais mais baixos, egressos de escolas secundárias profissionalizantes).

Uma vez criada a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) da Universidade do Brasil, seu corpo docente foi recrutado entre os estudiosos autodidatas (alguns que já lecionavam na antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, criada em 193) e que se envolviam com os problemas práticos da gestão da economia nos diversos organismos governamentais, criados no governo Vargas.(19)

Todavia, a formação acadêmica de novos profissionais de economia não se mostrou tarefa fácil nos primeiros tempos. Os levantamentos efetuados nos arquivos da faculdade indicam que, nos primeiros anos, o recrutamento de alunos era efetuado entre egressos de escolas proliissionalizantes, e especialmente entre contadores (respectivamente 60% e 89% do total dos inscritos nas turmas de 1939 e 1940 da então Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas). Essa situação não sofreu alterações significativas em 1946, logo após a reforma de Gudin, que implantou novo currículo e a duração de quatro anos, mas manteve ainda o horário noturno. A ausência de tradição de curso superior de economia e o baixo prestígio comparado àquele dos cursos de Engenharia, Direito e Medicina atraíam pouco os jovens saídos dos secundários propedêuticos, de origem social e intelectual mais elevada. Prova disso é que eles representavam apenas 11 % dos inscritos à faculdade de economia na turma de 1946. Por outro lado, o abandono dos cursos era muito elevado: nos primeiros anos situava-se em torno de dois terços do total de matriculados, e nos anos 1946-50 em torno da metade (dados coletados nos arquivos da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Também em São Paulo, a iniciativa de criação de escola superior de economia não foi bem-sucedida nos seus primórdios. Paralelamente à criação da escola carioca, é fundada em 1946 a Faculdade de Economia no quadro das orientações que presidiram o projeto da Universidade de São Paulo. A exposição de motivos que fundamenta aquela inauguração deixou claro que igualmente aí não se pretendia dar continuidade às existentes "faculdades" de Economia e Finanças. Como indicou Canabrava (1981, pp. 31-32), propunha-se uma "nova experiência cultural", assinalando-se a ruptura intelectual com o passado.

Essa escola sofreu inúmeros percalços nos primeiros anos de funcionamento. Não realizando, por exemplo, o caminho da Faculdade de Filosofia, que recrutou seus primeiros professores no estrangeiro, e assim consolidou prática de trabalho com base em métodos científicos sólidos, a faculdade de Economia optou pelo recrutamento de seu quadro de professores no interior da própria universidade, em especial na Faculdade de Direito. Pinho (1981, p. 39) indica que, em 1946, dos 37 professores que iniciam suas atividades docentes na recém-criada faculdade, 19 vinham dos estudos jurídicos. Além disso, grande parte das experiências docentes dos primeiros professores originavam-se ainda das faculdades privadas de ciências econômicas (como a da Fundação Álvares Penteado) e sobretudo das escolas técnicas de comércio ou de outros colégios secundários de São Paulo.

A ênfase na orientação jurídica e o caráter de "complementação cultural" caracterizaram a Faculdade de Economia da USP nos seus primeiros tempos. Ocorreu ali, igualmente, uma situação de "crise estrutural" que perdurou até os anos 60, marcada pela evasão progressiva, pela baixa frequência dos alunos e pela diminuição crescente do número dos matriculados (mesmo com o início dos cursos noturnos, nos anos 50). Isso porque a pouca instrumentação profissional não oferecia competitividade frente aos cursos tradicionais. A faculdade de economia era, na verdade, predominantemente procurada por jovens de extração social mais baixa, provenientes de escolas técnicas de comércio que não tinham condições econômicas de frequentar escolas de Direito ou Engenharia.(20)

No Rio de Janeiro, as dificuldades iniciais da formação acadêmica do economista puderam ser suavizadas com a proximidade do poder, diferentemente do que parece ter ocorrido com outros cursos de ciências sociais (Almeida, 1989). Isso porque parte importante dos diplomados puderam ser incorporados às novas agências de gestão econômica e também aos centros de economia aplicada como o Centro de Estudos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), criado em 1946 e transformado posteriormente no Instituto brasileiro de Economia (IBRE).(21) O depoimento de Raul Ekerman, formado pela faculdade de economia da USP em 1964 e professor da Escola da Pós-Graduação em Economia da FGV, pode ser transcrito aqui para reforço desta análise:

"Ainda que colegas meus que estudaram na Universidade do Brasil no Rio daqueles tempos me informem que o ensino ali deixava muito a desejar, ainda assim fica o testemunho escrito de que o *grosso do que se produziu de conhecimento econômico relevante no Brasil no período 55-65, foicarioca...O que dava força ao Rio de Jcineiro corno centro de conhecimento era muito menos a faculdade de economia da Universidade do Brasil que o fato de ser o centro político do país*. Por outro lado, do ponto de vista tanto da transmissão como da criação de conhecimento econômico, muito mais importantes que a faculdade de economia eram centros como a FGV, o Grupo Misto BNDE-Cepal, o IBGE" (Ekerman, 1989, p. 119, grifos meus).

De fato, os dados sistematizados nos quadros II e III (páginas seguintes), relativos às principais revistas e ao balanço quantitativo dos estudos econômicos no período analisado, revelam que a maior parte da produção e dos autores de obras de economia estão concentrados no Rio de Janeiro.

Com relação ao Instituto brasileiro de Economia, da FGV, pode-se afirmar que esta instituição constituiu, durante várias

décadas, o pólo mais importante de produção do conhecimento e o espaço onde esta disciplina assumiu sua dimensão prática, afirmando-se como requisito básico de competência para a condução de políticas econômicas no país. Cabe destaque para o trabalho de elaboração das contas nacionais (na época inovadoras, mesmo em relação aos países desenvolvidos, e resultantes da implementação de políticas macroeconômicas inspiradas nas propostas keynesianas); e para a criação dos índices de preços, trabalho também inédito e pioneiro, que permitiu, por exemplo, o estabelecimento, anos mais tarde, do mecanismo de correção monetária. Como se sabe, esse procedimento tem implicações políticas importantes. Além de permitir a convivência cotidiana com situações de inflação elevada, é elemento decisivo para a definição de rendas públicas e privadas, como salários, rendimentos financeiros etc. Segundo depoimentos, os integrantes do IBRE tinham consciência clara de que estavam criando o "marco quantitativo da economia brasileira". E, ao mesmo tempo, percebiam o caráter altamente politizado de suas atividades, especialmente a de elaboração de índices de preços.

## QUADRO II

### Principais revistas de estudos econômicos no período 1938-1964 (RJ e SP)

Nome, local e ano de fundação	Instituição patrocinadora	Diretores e principais integrantes da comissão editorial
<i>Revista Brasileira de Economia</i> (RBE), RJ, 1946	FGV/IBRE	Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões, A. Dias Leite, Jorge Kafuri, Jorge Kingston, Arizão Viana, Alexandre Kafka, Richard Lewinsohn, Accioly Borges, Roberto Campos.
<i>Conjuntura Econômica</i> , RJ, 1947	FGV/IBRE	Diretores: R. Lewinsohn, Garrido Torres (1950-1964). Redatores: Américo Barbosa de Oliveira, A. Borges, Dênio Nogueira (1957-1968).
<i>Revista Econômica Brasileira</i> (REB), RJ, 1955	Clube de Economistas	Celso Furtado, A. B. de Oliveira, Eduardo Sobral, Sidaey Latini, A. Borges, Dornar Campos, Juvenal Gomes, João Paulo A. Magalhães, Guilherme Pegurier, Ewaldo Correia Lima, J. Pelucio Ferreira, E. Tavares Santos.
<i>Desenvolvimento e Conjuntura</i> , RJ, 1957*	Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI)	J. P. A. Magalhães, Renato Sampaio, M. Orlando Ferreira, Anibal Villela, D. Campos, E. Sobral, Ricardo Moura, Jesus Soares Pereira, A. Borges, S. Latini.
<i>Digesto Econômico</i> , SP, 1945*	Associação Comercial de São Paulo	Francisco Garcia Bastos, A. Gontijo Carvalho. Colaboradores frequentes: R. Lewinsohn, Dorival T. Vieira.
<i>Carta Mensal</i> , RJ, 1955*	Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC)	O. G. Bulhões, E. Gudin, Djacir Menezes, Gileno Di Carli, R. Campos, J. Nunes Guimarães, Simões Lopes, Aldo Batista Franco, Casimiro Ribeiro.
<i>Revista de Ciências Econômicas</i> , SP, 1939*	Ordem dos Economistas de São Paulo	F. Hermann Jr., J. Costa Boucinhas, Abreu Sampaio (anos 40), N. Fidelino Figueiredo, Deifim Netto, Ruy Lima, D. T. Vieira, L. Freitas Bueno, S. Advíncula Cunha (anos 50-60).

(\*) A revista *Desenvolvimento e Conjuntura*, embora recebesse a colaboração de economistas no seu conselho, não publicava artigos assinados. A *Carta Mensal* limitava-se, por sua vez, a divulgar, depois de transcritos, as conferências proferidas pelos diversos convidados da Confederação do Comércio do Rio de Janeiro. O *Digesto Econômico* divulgava artigos típicos, relativos a assuntos diversos, escritos por jornalistas, advogados, economistas, historiadores, sociólogos etc. Por fim, a *Revista de Ciências Econômicas*, dirigida por contadores, só começa a receber colaboração de economistas, especialmente da FEA/USP, a partir dos anos 50.

Para a FGV foram recrutados vários professores, inúmeros diplomados e estagiários-bolsistas da IFNCE. Eles participavam das equipes de Renda Nacional, do Centro de Conjuntura Econômica e posteriormente dos Centros de Contas Nacionais, de Estudos Fiscais, de Análise Contábil etc. E ainda do trabalho nas duas revistas, a *Revista Brasileira de Economia*, destinada à publicação de artigos teóricos, de autores nacionais e estrangeiros, e a *Conjuntura Econômica*, onde são divulgados os indicadores estatísticos produzidos pela instituição. Além dos professores e exalunos que se destacaram nos cursos da Faculdade, como Julian Chacel, Isaac Kerstenetzky, Anibal Villela, Margareth H. Costa e outros, também trabalharam na FGV inúmeros integrantes de organismos governamentais. (22)



### QUADRO III

Produção de obras de economia no período 1930-1964: principais autores e publicações

Autor/origem	Nº de artigos publicados nas principais revistas								
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Roberto Simonsen (Fieap/SP)	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Caio Prado Jr. (SP)	3	11	-	-	-	-	-	-	11
Eugênio Gudin (FGV/RJ)	7	39	15	2	-	18	3	1	-
Roberto Campos (BNDE/RJ)	5	16	2	-	3	10	-	1	-
Otávio G. de Bulhões (FGV/RJ)	4	28	11	1	4	10	2	-	-
Celso Furtado (Cepal/RJ)	8	16	2	6	2	1	-	3	-
Ignácio Rangel (BNDE/RJ)	5	7	-	5	1	1	-	-	-
J. P. A. Magalhães (CNI/RJ)	4	3	1	1	1	-	-	-	-
Aníbal Villela (BNDE/FGV/RJ)	1	10	3	4	3	-	-	-	-
H. Borges Fonseca (Sumoc/RJ)	1	4	-	2	1	-	1	-	-
Américo R. Oliveira (BNDE/RJ)	2	9	-	7	-	-	-	2	-
Eduardo Sobral (CNE/RJ)	-	2	-	-	2	-	-	-	-
Domar Campos (Sumoc/RJ)	-	4	-	4	-	-	-	-	-
Richard Lewinsohn (FGV/RJ)	2	28	1	-	-	27	-	-	-
Glycon de Paiva (BNDE/RJ)	-	16	1	-	2	13	-	-	-
Djaci Menezes (Univ. Br./RJ)	9	23	-	-	1	20	2	-	-
Jorge Kingston (FNCE/RJ)	2	12	12	-	-	-	-	-	-
Valestin Bouças (RJ)	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Mário H. Simonsen (FGV/RJ)	2	5	4	1	-	-	-	-	-
Julian Chacel (FGV/RJ)	-	5	5	-	-	-	-	-	-
Alexandre Kaffka (FGV/RJ)	-	7	3	-	-	-	1	3	-
Dênio Nogueira (FGV/RJ)	1	3	-	-	3	-	-	-	-
J. Garrido Torres (FGV/RJ)	1	8	-	-	8	-	-	-	-
Sidney Latini (Sumoc/RJ)	-	5	-	5	-	-	-	-	-
Delfim Netto (FEA/USP)	6	12	-	1	-	6	-	5	-
Dorival T. Vieira (FEA/USP)	4	23	-	-	-	21	-	2	-
Alice Canabrava (FEA/USP)	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Calógeras (SP)	2	-	-	-	-	-	-	-	-
J. Normano (SP)	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Integrantes da Cepal *	2	18	3	6	4	-	5	-	-
Economistas estrangeiros **	2	25	17	2	2	-	-	4	-
<b>TOTAL</b>	<b>87</b>	<b>339</b>							

(1) total de livros publicados  
(2) total de artigos publicados  
(3) Revista Brasileira de Economia (RJ)

(4) Revista Econômica Brasileira (RJ)  
(5) Revista do Conselho Nacional de Economia (RJ)  
(6) Digesto Econômico (SP)

(7) Carta Mensal (RJ)  
(8) Revista de Ciências Econômicas (SP)  
(9) Revista Brasileira (SP)

(\*) Integrantes da Cepal: Raul Prebisch, Oswaldo Szekel, Aníbal Pinto, Jorge Ahumada e Juan F. Noyola Vázquez.

(\*\*) Economistas estrangeiros (universidades americanas e europeias): Gottfried Haberler (Harvard), Nicholas Kaldor (Cambridge e London School of Economics), Gunnar Myrdal (Stockholm), E. M. Bernstein (FMI), Ragnar Nurkse (Columbia), Jacob Viner (Princeton) e Yale Brozen (Northwestern).

Para fortalecer o trabalho de formação prática de seus quadros, o IBRE, algumas vezes em conjunto com a faculdade Nacional de ciências econômicas, manteve, desde sua criação, contato permanente com universidades estrangeiras, recebendo pesquisadores visitantes e enviando sistematicamente seus integrantes para estágios no exterior. Com isso, a instituição assumiu caráter marcadamente cosmopolita, definindo-se como centro divulgador das informações trazidas de outros países.(23) O depoimento de Celso Furtado sobre seu trabalho na redação da revista *Conjuntura Econômica*, na segunda metade dos anos 40, e sobre o trabalho que o economista Richard Lewinsohn aí realizou, é ilustrativo desta situação:

"A *Conjuntura Econômica* foi pioneira no Brasil na apresentação de um conjunto de indicadores do comportamento a curto e médio prazo da economia.

Seguia o modelo introduzido na Alemanha por Ernest Wagman, criador nos anos 20 do Instituto de Conjuntura de Berlim. Essa herança chegara até nós pelas mãos de Richard Lewinsohn, um vienense especializado em finanças que vivera muitos anos na França, de onde emigrou para o Brasil após a *débâcle* de 1940... Leitor atento das revistas de economia e finanças publicadas nos Estados Unidos e na Europa, teve notável papel educativo entre nós, chamando a atenção para o que de importante aparecia..." (Furtado, 1985, p. 47).

Em síntese, pode-se afirmar que o grupo que construiu o IBRE formou-se ao longo de vários anos, em extensa rede de relações em órgãos governamentais, nas instituições de ensino e nos meios empresariais.(24) Tais dados permitem a afirmação de que tal conjunto de atores sociais pôde realizar amplo e orquestrado trabalho de montagem institucional.(25) O caráter bem-sucedido desse empreendimento pode ser associado também às características sociais que particularizaram esse grupo. Em grande parte, seus integrantes nasceram no Rio de Janeiro, em famílias de extração social elevada: burguesia comercial, altos funcionários do governo, oficiais militares, profissionais liberais etc.(26) Predominavam entre eles os estudos de engenharia ou mesmo ciências econômicas. A maioria completou formação em economia em universidades americanas ou em organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, onde a problemática monetária era amplamente enfatizada e o cultivo da modelização matemática já se delineava como habilidade profissional por excelência.(27)

As lutas estabelecidas entre esse grupo - que foi denominado, conforme o contexto da disputa, monetarista ortodoxo ou direita "entreguista" - e os que lhe fizeram oposição, em diferentes momentos, sob a bandeira do nacionalismo ou do estruturalismo, foram fundamentais na constituição e consolidação do campo dos economistas como segmento da elite dirigente no Brasil.

No debate entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, produzido em uma etapa ainda embrionária do campo dos economistas, pode-se admitir que as disputas intelectuais e políticas sejam remetidas a fatores externos, isto é, às posições ocupadas por cada um no seio de diferentes frações do capital econômico: Simonsen, engenheiro da alta burguesia industrial e líder do empresariado de São Paulo, representava os interesses das empresas industriais ainda em processo de consolidação e, portanto, dependentes da defesa do mercado e da proteção do Estado; e Gudín representava, por sua vez, os interesses do capital estrangeiro.

Entretanto, corre-se o risco de cair em um simplismo reducionista ao fazer o mesmo tipo de análise para entender as discordâncias que se estabeleceram entre o grupo da Cepal e o do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, nos anos 50. Nesse caso, tanto quanto fatores externos, estavam em jogo condições internas à constituição do campo dos economistas no Brasil e as posições que cada grupo aí ocupava.

Quando a Cepal começa a divulgar seus estudos, ela se defronta no Brasil com o grupo da FGV já constituído (teoricamente identificado com orientações neoclássicas), que havia se consolidado ao longo de um trabalho de vários anos, elaborado nas escolas de economia e no IBRE, e cuja visibilidade se assentava não só na publicação de suas revistas especializadas, mas igualmente em jornais e revistas mundanas (Gudín, por exemplo, escreveu durante várias décadas em importantes jornais cariocas como o *Correio da Manhã*, *O Globo* etc.). Ele publicava também, juntamente com Bulhões, artigos em outras revistas como o *Digesto Econômico*, da Associação Comercial de São Paulo, a *Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio* etc. (quadro II). O número de convites que eles recebiam para proferir conferências ou paraninfar turmas de formandos nas diversas escolas de economia do país pode ser tomado como outro indicador da respeitabilidade desses nomes no meio nascente dos economistas. Tais conferências e discursos eram publicadas nas diversas revistas citadas.

Os integrantes da Cepal, por sua vez, participavam de uma instituição nova, que pretendia afirmar sua identidade latino-americana e marcar sua posição de autonomia frente aos Estados Unidos. Em geral, eram jovens saídos das escolas de Direito, Economia ou Ciências Sociais de diversos países da América Latina, alguns com estudos em escolas americanas. **(28)** Eles foram reunidos em Santiago do Chile sob a liderança de Raul Prebisch, o "Grande Heresiarca" argentino, fundador do Banco Central de seu país e, na época, "despejado da Argentina peronista". Assim, as possibilidades de inovação teórica, ou de posicionamento heterodoxo, por parte desse grupo, eram muito elevadas. Além da situação de perseguição política, vivida por Prebisch, muitos, como Celso Furtado, iniciavam na época suas carreiras e estavam fazendo seus investimentos mais importantes nos estudos econômicos. Estavam, portanto, mais abertos às novas teorias. **(29)**

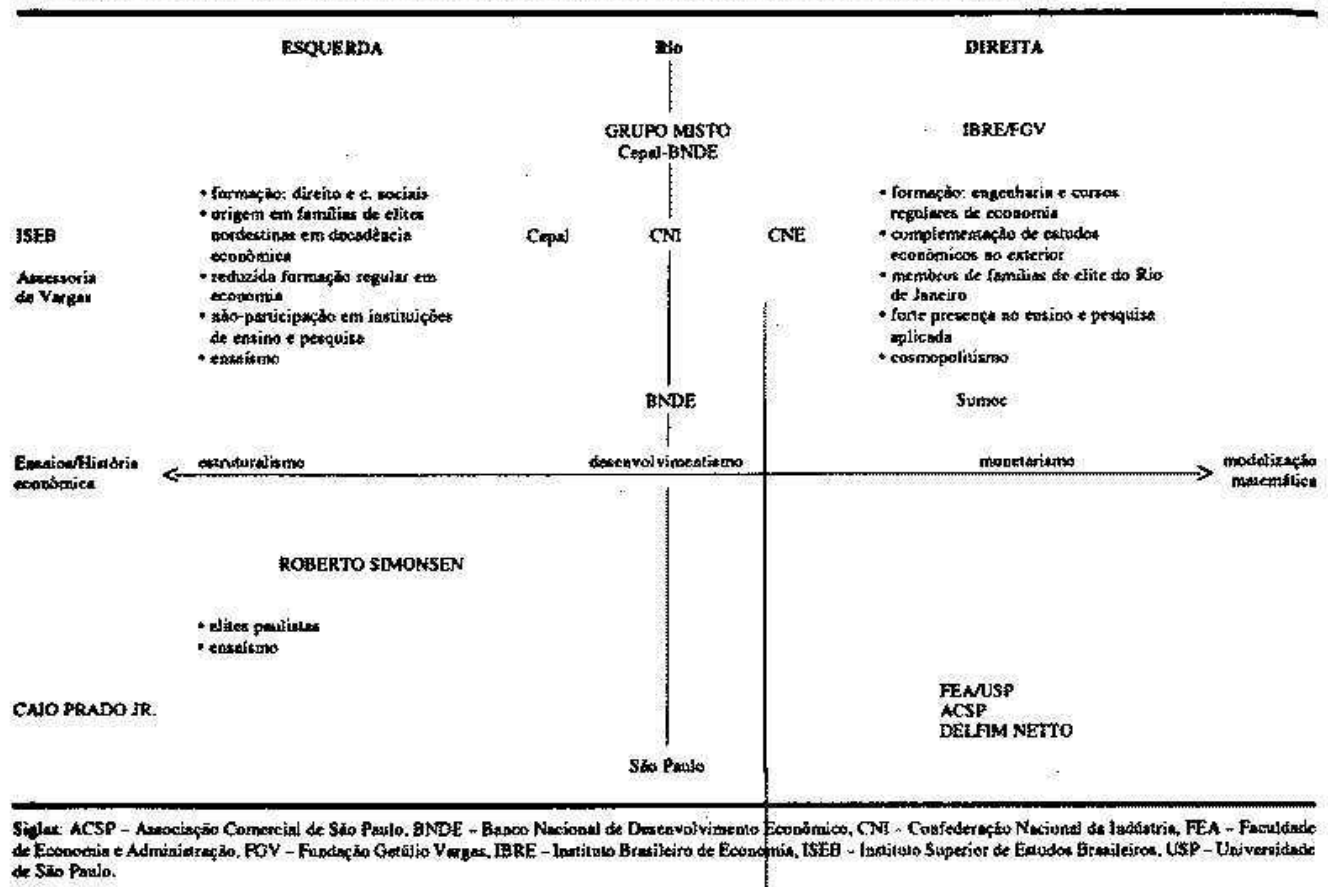
As teses cepalinas são demais conhecidas para que se necessite retomá-las aqui. Cabe apenas relembrar que elas foram introduzidas no Brasil por Celso Furtado, através de artigos próprios ou de autoria de Raul Prebisch, publicados na *Revista Brasileira de Economia*, da FGV, no início dos anos 50, reabrindo o debate da década anterior. As questões de planejamento econômico e protecionismo - acrescidas de novas interpretações de problemas como atraso, pobreza, inflação etc. - foram então retomadas com mais consistência teórica.

Mesmo tendo acatado a publicação dos artigos de Prebisch e Furtado em sua revista, os integrantes da FGV, em especial Gudín e Bulhões, reagiram às confrontações da Cepal não só através da encomenda de conferências a economistas estrangeiros (Jacob Viner, Haberler etc.), reafirmadoras dos pressupostos neoclássicos, mas também através de violentos artigos na própria *RBE*. As críticas de Gudín e Bulhões apareceram inclusive em jornais, já que o público interessado na polêmica era constituído também de dirigentes governamentais e empresários. Furtado e Prebisch, sem acesso aos meios acadêmicos e mesmo sem outros canais de divulgação, reforçam a procura de apoio a suas teses junto a empresários, na Confederação Nacional da Indústria, e junto a técnicos (entre eles Rômulo Almeida, Cleanto Paiva Leite e outros). É no bojo desses debates que o grupo cepalino denomina de "monetaristas" os integrantes da FGV (na medida em que privilegiam os fatores monetários na análise das causas da inflação) e denominam a si próprios de -estruturalistas-, porque procuravam apreender os determinantes estruturais do processo inflacionário.

Dentre as críticas de Gudín ao grupo da Cepal (por ele denominado "esquerdistas"), o aspecto que mais se destacava era a concepção do estruturalismo, que se via como a ciência econômica latino-americana (Gudín, 1965, p. 64). É evidente que tal pretensão do grupo cepalino, se afirmada, quebraria a hegemonia de Gudín e seu grupo entre os economistas brasileiros, diante dos quais se posicionavam como introdutores e divulgadores das teorias neoclássicas.

#### QUADRO IV

#### O campo dos economistas nos anos 50/60 no Brasil: posicionamento e propriedades sociais dos grupos



As divergências teóricas, intensificadas pelo contexto das disputas políticas do segundo governo Vargas, aprofundarão cisões no interior do campo dos economistas (quadro IV). "Consciente de que a contra-ofensiva ortodoxa ganhava terreno", Celso Furtado decide, segundo seu próprio depoimento, avançar na luta, publicando, em 1953, um novo livro, *A economia brasileira*, onde sistematiza e desenvolve as teses da Cepal. Decide ainda, logo após seu retorno ao Brasil, associar-se a outros grupos de orientação nacionalista e igualmente opositores da "direita entreguista", ligados à antiga assessoria econômica de Vargas<sup>(30)</sup> e ao ISEB<sup>(31)</sup>. E fundam o Clube de Economistas. (Participam também dessa iniciativa Américo Barbosa de Oliveira, antigo colega de Celso Furtado na redação da revista *Conjuntura Econômica*, onde fora redator-chefe, antes de se desentender com o pessoal da EGV. E muitos outros funcionários de agências governamentais como Eduardo Sobral, Sidney Latini, Domar Campos, Ewaldo Correia Lima, João Paulo de Almeida Magalhães (quadro II e Anexo - O Anexo, ao final do artigo, indica a participação simultânea de economistas em variados espaços sociais). O principal objetivo desse grupo era editar a *Revista Econômica Brasileira*, que logo foi "considerada órgão de divulgação do pensamento heterodoxo, progressista ou de esquerda". A criação deste veículo para difundir as novas idéias geradas na Cepal era fundamental, conforme ainda depoimento de Celso Furtado: "Como praticamente não tínhamos contato com o mundo universitário, os debates em torno da nova linha de pensamento circunscreviam-se a ambientes com pouco poder de irradiação". E nas publicações da Fundação Getúlio Vargas dominavam as orientações ortodoxas às quais esse grupo se opunha (Furtado, 1985, pp. 172-173).

Diferentemente dos monetaristas, os integrantes desse grupo tinham vínculos menos orgânicos e institucionalizados. Celso Furtado, praticamente o único integrante da Cepal, tentava criar nesse período alternativas de atuação no Brasil, primeiro no Grupo Misto BNDE-Cepal e posteriormente na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e na Secretaria do Planejamento do governo Goulart, a qual ocupou por breve período, antes do golpe militar de 1964. Os laços entre os integrantes da Assessoria Econômica, por sua vez, não puderam ser mantidos fora daquele contexto. Também a iniciativa do Clube de Economistas teve, desde o começo, situação bastante precária, em função das dificuldades de recursos financeiros para a sustentação da *Revista Econômica Brasileira*. Eles não tiveram também inserção sistemática em instituições de ensino ou pesquisa. Assim, seus trabalhos de economia foram efetuados basicamente sob forma de ensaios, onde se enfatizavam os aspectos mais globalizantes da realidade econômica, como desenvolvimento, pobreza e industrialização - vistos sob o foco da problemática nacionalista.

Chama a atenção que os principais integrantes desse grupo são filhos de famílias de elite nordestinas, que migraram para o leio de Janeiro nos anos 30 e 40 (alguns impelidos também por perseguições políticas, como Ignácio Rangel e Rômulo de Almeida), em busca de novas oportunidades de carreira, concretizadas em órgãos de governo. A maioria era diplomada em direito ou outros estudos humanísticos (como sociologia) e não teve formação regular em economia, com exceção de Celso Furtado, que freqüentou cursos de economia política na França e na Inglaterra nos anos 40 e 50, depois de uma diplomação em direito no fio de Janeiro.

O prefácio de Ignacio Rangel à sua obra mais importante - *A inflação brasileira* - escrito em 1963, é revelador desses

traços:

"Não sou especialista monetário. (...) Meu trabalho em economia foi motivado, desde o princípio, por preocupações jurídicas e políticas. Tendo labutado na indústria e no RNDE, em análise de projetos, habituei-me a levantar indiscretamente o chamado 'véu monetário', que oculta mais coisas do que as que mostra. Minha infância e minha adolescência, meu pai, magistrado de província, filho e neto de outros magistrados de província, povoou-a das lendas de nossa história nacional, enriquecendo-as com as nossas próprias humildes lendas familiares, que mostravam como havíamos estado presentes naquelas, desde um tio-bisavô fuzilado em Recife, em 1817, e um bisavô libertado, cinco anos depois, pelo 2 de Julho, na Bahia. Segundo a tradição da família, estava destinado ao Direito. (...) Era o culto da lei que me incutia. (...) Meu professor de Introdução à Ciência do Direito mostrou-me a conexão entre o Direito e a Economia. Descobrir o fundamento econômico de nossas leis passou a ser meu objetivo central..." (pp. XI-XII).

Na perspectiva de hoje, depois de várias décadas passadas e à luz das reavaliações críticas (Oliveira, 1975; Mantega, 1985) pode-se afirmar que parte da força contestatória do pensamento da Cepal resulta de razões internas ao universo social onde foi produzido. Sem pretender esvaziar as contribuições intelectuais das obras cepalinas - que aliás já foram devidamente marcadas na história do pensamento econômico brasileiro e latino-americano - indica-se aqui o caráter "especial" adquirido por elas por efeito do jogo de forças que se processava naquele meio. Elas se tornaram, assim, obras **fundadoras**. Como já se afirmou, de forma muito significativa, o manifesto de Prebisch "inaugurou o estruturalismo latino-americano" (Rocha, 1986, p. 13), e o livro de Celso Furtado, *A formação econômica do Brasil* "constituiu um marco para o pensamento econômico brasileiro" (Mantega, 1985, p. 11).

Em outras palavras, as disputas entre monetaristas e estruturalistas constituíram um campo de lutas específico dos economistas. Todavia, elas devem ser vistas no contexto mais amplo do debate intelectual político que ocupou de forma marcante a história brasileira nos anos 50 e inícios de 60, envolvendo temas como nacionalismo, desenvolvimento industrial, planejamento econômico, reforma agrária etc. E que delimitou posições de direita e esquerda, de grupos entrenchados em órgãos como BNDE, Sumoc e FGV, de um lado, e como a Assessoria Econômica de Vargas, a Cepal e o ISER, de outro.

O acirramento dessas lutas implicara intensa mobilização política por parte dos grupos aí envolvidos. Basta lembrar que o grupo da FGV apoiara iniciativas como o IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais). Segundo Dreifus (1981), este órgão foi um dos centros mais importantes de articulação política, ideológica e financeira do movimento golpista de 1964. Além de Garrido Torres, um de seus líderes mais destacados, também prestaram grande apoio ao IPES outros integrantes da FGV, como Bulhões, Dênio Nogueira, Mario Henrique Simonsen, Alexandre Kalka, Julian Chacel e ainda figuras como Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva etc. Tal iniciativa, como se sabe, facilitará, com a instalação do primeiro governo militar em abril de 1964, a ascensão de vários deles aos postos de ministro da Fazenda e do Planejamento e à presidência e à diretoria do Banco Central. Por outro lado, o acirramento dessas lutas responderá também pela cassação, após o golpe militar de 1964, dos direitos políticos de Celso Furtado, Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira e outros.

### Considerações finais

Procurou-se neste trabalho analisar a formação de um segmento específico das elites dirigentes no Brasil, aquele que se identifica e se legitima não pela representação partidária e eleitoral e sim pela competência técnico-científica. Facilitada pela situação autoritária e pela fragilidade do sistema partidário, essa elite ascende aos postos de poder nos organismos governamentais sem grande competição com seus concorrentes externos (políticos tradicionais ou homens de partido). Suas lutas concentram-se nas disputas internas, concernentes aos diferentes projetos de desenvolvimento ou às alternativas de políticas econômicas.

Indicou-se também que, embora as disputas entre monetaristas e estruturalistas tenham constituído o campo de lutas **próprio e específico** dos economistas, elas revelam ainda a estreita vinculação desse campo com o mundo político. Na verdade, a autonomia do campo dos economistas (como espaço acadêmico e intelectual) em relação ao campo político não se efetivará nem mesmo com sua consolidação nos anos 70 (quando se instalam os cursos de pós-graduação e surgem novos grupos concorrentes, como será mostrado em outro trabalho). Ao contrário, nesse período, a interpenetração entre os dois campos continuará forte. Este é, aliás, um dos elementos mais característicos do meio intelectual e científico no Brasil e um dos seus maiores dilemas.

Recebido para publicação em junho de 1992.

### NOTAS

1 - "There has, however, been no precise correlation between the quality and extent of educational provision, the reputation of the economics profession, and the growth in the numbers and importance of a country's economists in postwar government. (The United Kingdom affords a noteworthy illustration of the divergencies between these variables)" (Coats, 1981, p. 6).

2 - O trecho a seguir, extraído de uma interessante análise do perfil da elite dos economistas americanos e do padrão de suas relações com os organismos governamentais nos EUA, é bastante ilustrativo do argumento aqui desenvolvido: "Because they are academics, economists are wedded to academic institutions... Some, with warm hearts, will venture into the public realm - flying to Washington to testify, serving on the Council of Economic Advisers, doing a consulting job here and there, or writing for the general public or students. But they run the risk of going too far. Too much public service will elicit among colleagues the reaction that the person has 'giving up', 'copped out' or 'stopped doing serious work'. The disciplinary measure for senior academic is a downgrading in academic prestige" (Klamer and Colander, 1990, pp. 6-7). Vale recordar aqui que também o brasileiro Nathaniel Leff (1968), ao estudar o processo de tomada de decisões sobre política econômica no Brasil, no período de 1947-1964, já indicava as diferenças entre as funções assumidas pelos técnicos-economistas nos EUA e no Brasil (p. 114).

3 - "Luiz Rafael Vieira Souto (1849-1922), engenheiro e líder industrialista, foi diretor geral da Prefeitura do Rio de Janeiro e diretor da comissão encarregada da construção do porto do Rio. Foi também lente catedrático de engenharia civil e lente substituto de economia política da Escola Politécnica do Rio de Janeiro" (Bulhões, 1990, p. 64).

4 - Pode-se lembrar também que Caio Prado Jr., autor de importante obra de história da economia brasileira, descendia de família de grandes cafeicultores e dirigentes políticos em São Paulo.

- 5 - Com relação à posição diferencial no campo político, basta lembrar que, enquanto o acesso do economista ao poder pode-se fazer pelo argumento da competência técnica específica, os sociólogos que participam da política só o fazem como qualquer outro político, isto é, através do jogo partidário-eleitoral.
- 6 - Ilustra essa postura a definição dada por um entrevistado ao objeto deste estudo. Após algum tempo de entrevista, quando se entendeu que o interesse não se centrava em temas como teorias de inflação, análises de políticas econômicas do governo etc., mas na formação acadêmica, nas trajetórias de carreira e nas disputas entre os grupos, exclamou: "Ah, agora entendi... O que você quer saber é a novela."
- 7 - É interessante observar que esta situação específica vai levar alguns analistas do pensamento econômico do período de 1945-1964 no Brasil a concluir que aquela produção não se estruturou em círculos teóricos acadêmicos, mas engajada nas discussões políticas (Ver, a respeito, Bielschowsky, 1988, p. 7).
- 8 - Os conselhos técnicos foram criados no bojo do processo de centralização política iniciado por Vargas, a partir dos anos 30. Tinham como objetivo elaborar estudos e sugerir políticas para os setores econômicos prioritários, como energia, transportes, recursos minerais ou ainda relativas às finanças públicas. Funcionavam no âmbito de algum ministério e eram compostos de políticos, empresários e técnicos escolhidos pelo Presidente da República. Embora nem todos tivessem tido eficácia prática, destacam-se o CFCE, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão de Planejamento Econômico. Com relação ao CFCE, sua importância está associada ao controle, durante o Estado Novo, da política econômica, abrangendo praticamente todos os setores, desde carnes até petróleo, siderurgia, energia elétrica etc. O CNPIC e a Comissão de Planejamento Econômico, por sua vez, terão papel decisivo, como se indicará posteriormente, nos debates dos anos 40 sobre planejamento e protecionismo industrial (Ver, a respeito, Ianni, 1977; Souza, 1976; Diniz e Boschi, 1978; e Sola, 1982).
- 9 - Como se sabe, tanto o BNDE quanto o Plano de Metas do governo Kubitschek foram desdobramentos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de 1951, uma das várias comissões econômicas internacionais que reuniram, no período da guerra e do pós-guerra, políticos e técnicos brasileiros e americanos para a discussão de problemas da economia nacional. Dentre elas, podem ser citadas a Comissão de Mobilização Econômica, de 1942; a Comissão Cooke, de 1943-44; e a Comissão Abbinck, de 1948. Estimulando a realização de tarefas elementares como a sistematização de informações esparsas sobre os diferentes setores da economia brasileira e a reflexão global sobre os problemas do país, essas comissões internacionais tiveram repercussões decisivas nas disputas que se desenrolaram no campo dos economistas em formação no Brasil. Além das citadas, cabe destacar a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina, órgão da ONU, criado em 1948 e sediado em Santiago do Chile), por seu papel na formação do pensamento econômico no Brasil e na América Latina e na formulação de novas teorias explicativas do subdesenvolvimento do continente.
- 10 - O grupo misto BNDE-Cepal foi constituído em 1953, sob direção do economista chileno Aníbal Pinto, e teve importância fundamental na divulgação das idéias cepalinas e na formação de economistas no Brasil, realizando vários cursos de economia e planejamento em várias cidades do país (Ekerman, 1989, p. 116).
- 11 - Composta de técnicos como Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Cleanto de Paiva Leite e Ignácio Rangel, a Assessoria foi responsável por importantes projetos que criaram as condições, para o programa de desenvolvimento industrial desencadeado no país a partir dos anos 50. (D'Araújo, 1982).
- 12 - Dentre os vários grupos executivos criados no período, podem ser citados: GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística); GEICON (Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval); GEIMAPA (Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Pesadas e Bens de Capital) etc. Sobre o papel inovador de coordenação do processo decisório representado pelos grupos executivos e sobre a "saída" política encontrada por Kubitschek na administração paralela, para realizar o desenvolvimento econômico em um quadro de estabilidade política, ver os trabalhos de Lafer (1970) e Benevides (1976).
- 13 - Bielschowsky (1988), ao analisar o pensamento econômico brasileiro no período de 1945-1964, indica que o desenvolvimentismo, isto é, "o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento e do apoio decisivo do Estado", mobilizou os autores mais importantes do período e produziu em torno de si cinco diferentes correntes de idéias: a corrente neoliberal (liderada por Gudin e Bulhões, que se opunha frontalmente aos desenvolvimentistas), três variantes do desenvolvimentismo (do setor privado, representada por Roberto Simonsen; do setor público não-nacionalista, representada por Roberto Campos; do setor público nacionalista, liderada por Celso Furtado) e, finalmente, a corrente socialista. Ignácio Rangel, classificado como socialista, teve seu pensamento econômico analisado como independente das demais correntes.
- 14 - Denominam-se aqui meios intelectuais as instituições ou grupos envolvidos com estudos e debates econômicos e políticos dentro ou fora dos círculos universitários.
- 15 - As disputas entre Gudin e Simonsen tiveram repercussão importante no Congresso, nos meios empresariais e na imprensa. As críticas de Gudin foram publicadas em livro em março de 1945, sob o título *Rumos da política econômica*. Três meses depois aparece a réplica de Simonsen, também publicada em livro, intitulado *O planejamento da economia Brasileira*. Em agosto do ano seguinte, Gudin volta à tona, com a publicação da Carta à Comissão de Planejamento, que encerra o debate. Além do texto de Magalhães (1961), onde ele analisa especificamente esse debate, ver também os estudos de Sola (1982) e Bielschowsky (1988).
- 16 - Gudin era descendente de importante família da burguesia comercial do Rio de Janeiro, fornecedora de bens de luxo para a aristocracia durante o Império. Como engenheiro, foi diretor e sócio de grandes companhias estrangeiras ligadas à construção civil e aos serviços urbanos (construção de barragens, estradas de ferro, serviços de telégrafos etc.). De seu lado, Bulhões, alto funcionário do Ministério da Fazenda, pertencia também a família de dirigentes políticos na Primeira República: seu pai era diplomata e seu tio, Leopoldo de Bulhões, com quem viveu durante a juventude, foi ministro da Fazenda nos governos de Rodrigues Alves e Nilo Peçanha.
- 17 - Eis como Gudin relata seu envolvimento com as iniciativas de estudos de economia: "Eu fui entrando no plano da economia sem projeto, seta plano. O dr. Getúlio teve muita responsabilidade nisso. Ele nunca formou uma comissão - e foram muitas - sem me nomear. Depois, a certa altura, uns amigos vieram buscar-me no escritório para fazer parte do corpo docente da faculdade que eles queriam fundar, a faculdade de economia. Eu não queria no princípio, mas acabei cedendo" (Gudin, 1965, p. 91).
- 18 - Em depoimento de 1979, Gudin rememora essa visita e as disputas que envolviam a criação da faculdade: "Eu fui à Conferência de Bretton Woods e na volta, em vez de descer pelos caminhos normais, desci em Harvard. Lá existe a Faculdade de Economia e, do outro lado do Charles River, a Business Administration. Conteí aos colegas de Harvard: 'Estou lutando lá no Brasil para separar economia de contabilidade, mas não querem, querem fazer junto. O que vocês acham?' Disseram eles: 'Não sei se vocês no Brasil têm lá seu Charles River. Se não tiverem, criem um e separem. Eu mandei dizer isto ao Capanema e foi o argumento decisivo para ele mandar executar o que eu tinha proposto'". (CPDOC/FGV, 1979, pp. 89-90).
- 19 - Gudin, por exemplo, tonou-se professor da disciplina Moeda e Crédito. Bulhões assumiu a cadeira de Valor e Formação de Preços. Dias Leite, engenheiro, que havia participado com Gudin da Comissão de Planejamento Econômico, lecionou Estruturas das Organizações Econômicas. Jorge Kafuri, cunhado de Dias Leite, também engenheiro e igualmente integrante da Comissão de Planejamento Econômico, lecionou Evolução da Conjuntura Econômica. Jorge Kignston, integrante da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ensinou Estatística Econômica. Eduardo Lopes Rodrigues, funcionário do Banco do Brasil, assessor, junto com Bulhões, do ministro Sousa Dantas e de Gudin, no Ministério da Fazenda, foi professor de História Econômica, Política Financeira e Ciências das Finanças. José Nunes Guimarães, também funcionário do Banco do Brasil e assessor do ministro Sousa Dantas, respondeu pela disciplina Comércio Internacional e Câmbio. No decorrer dos anos 40, Gudin, Bulhões e Dias Leite já haviam publicado livros de economia: Gudin publicou *Princípios de economia monetária* em 1943, Bulhões publicou *Orientação e controle em economia* em 1941 e Dias Leite publicou *Renda nacional* em 1948. O texto de Gudin, por exemplo, tornou-se texto básico de diversas escolas de economia do país, com várias reedições, transformando seu autor em pioneiro no preparo de livro didático para o ensino da economia no país.
- 20 - Delfim Netto, que pode ser considerado um dos exemplos mais bem-sucedidos dessa trajetória, foi, como ex-aluno e professor da FEA/USP, um dos principais promotores da reforma curricular aí realizada nos anos 60. Atento às novas demandas para atividades de planejamento econômico, que assumiam importância crescente no governo de São Paulo, Delfim se batia na época "contra a hipertrofia das cadeiras subsidiárias à custa da atrofia das cadeiras fundamentais". Assim, propôs, na reforma iniciada em 1960 e completada em 1964, nova orientação ao curso, enfatizando a matemática e os estudos de teoria econômica (Pinho, 1981, p. 48).
- 21 - Pode-se lembrar aqui que a FGV foi iniciativa de altos funcionários do primeiro governo Vargas, ligados ao DASP, especialmente seu diretor-geral,

Simões Lopes, que se tornou presidente dessa instituição criada em 1944. Como o objetivo era a formação de quadros necessários à modernização do Estado, a FGV manteve, desde a sua criação, estreita vinculação com o governo, contando sempre cota importantes subsídios financeiros para realizar suas atividades. Dentre estas, destacaram-se a formação de quadros e a criação de instrumentos para a intervenção estatal na área econômica.

22 - Além de Gudin e Bulhões, que criaram o IBRE e o dirigiram durante várias décadas, outros exemplos podem ser citados; o professor Dias Leite, juntamente com Genival Santos (ex-alunos da Faculdade de Economia do Rio e funcionários do BNDE) foram responsáveis pela equipe de Renda Nacional; Garrido Torres (diretor do Cexim na gestão de Simões Lopes e integrante, junto com Bulhões, da Comissão Abbink e do Conselho Nacional de Economia), foi diretor durante vários anos da revista *Conjuntura Econômica*. Dênio Nogueira, redator-chefe da mesma revista durante 15 anos, trabalhou com Bulhões na Sumoc e no CNE. Também participaram dos conselhos editoriais das revistas vários outros integrantes de organismos de gestão econômica, como Casimira Ribeiro, Arízio Viana, Herculano Borges da Fonseca, Américo Barbosa de Oliveira, Roberto Campos etc. E ainda Accioly Pompeu Borges, do IBGE.

23 - É interessante observar que tanto Gudin quanto Bulhões tiveram, desde a infância, importantes vivências no exterior. Gudin estudou em Paris e Bulhões, filho de diplomata, também viveu na França e na Áustria, nos primeiros anos de vida. A partir da década de 40, eles viajavam freqüentemente ao exterior, como representantes brasileiros no FMI, mantendo sempre contatos com professores de Harvard e outras universidades americanas. Conscientes dos trunfos que essa situação berava nos meios acadêmicos, eles puderam estimular a prática de envio sistemático de quadros do IBRE para formação no exterior. O que, aliás, já era realizado pelo DASP, sob direção de Simões Lopes. O próprio Otávio Gouveia de Bulhões foi um dos beneficiados, tendo recebido uma bolsa do DASP para realizar cursos de especialização em economia na American University em Washington, no início dos anos 40. Cleanto Paiva Leite, posteriormente diretor do BNDE e representante brasileiro no BID, foi também beneficiado, entre muitos outros.

24 - Podem-se citar alguns exemplos: Bulhões, nos anos 50, esteve com Roberto Campos na firma de consultoria Consultes, da qual participaram também os engenheiros Lucas Lopes e Glycon de Paiva, colegas de Campos no BNDE. Mário Henrique Simonsen, engenheiro e parente de Gudin, trabalhou com Dias Leite em sua empresa de consultoria - Ecotec, Economia e Engenharia, S.A. - ao mesmo tempo que iniciava estudos de economia na equipe da FGV (Ver CPDOC/FGV, *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro*, p. 503 e p. 3.199 respectivamente).

25 - O trabalho orquestrado do grupo manifestou-se claramente na articulação de políticas econômicas, já antes de 1964. Pode-se lembrar que Gudin, como ministro da Fazenda, e Bulhões, como diretor cia Sumos, criaram em 1955 a famosa Instrução 113. Como é amplamente relatado nos estudos de história econômica no Brasil, tal medida facilitou enormemente o processo de industrialização no governo Kubitschek, através do Plano de Metas, que tinha Roberto Campos como um de seus principais coordenadores.

26 - Configuram-se como exceções os casos de Casimiro Ribeiro e Emame Galvêas, funcionários que iniciaram carreira em cargos subalternos do Banco do Brasil, originários respectivamente de Santa Catarina e Espírito Santo.

27 - A trajetória de carreira de Roberto Campos, que ficou mais conhecido pelo rótulo de "entreguista", contém aspectos específicos. Ex-seminarista nascido em Mato Grosso, foi para o Rio de Janeiro no final dos anos 30 e entrou para o Itamarati, através de concurso, no posto de cônsul de terceira categoria, trabalhando no almoxarifado e na seção de códigos. Depois de algum tempo, foi enviado para Washington, quando decidiu realizar cursos de especialização em economia, primeiro na capital americana e depois na Universidade de Columbia, em Nova York. Participou de forma brilhante de várias comissões econômicas internacionais, inclusive na Conferência de Bretton Woods, onde estabeleceu contatos com Gudin e Bulhões. A partir daí, manteve vínculos freqüentes com o grupo. No início dos anos 50, participou da Cexim, sob direção do presidente da FGV, Simões Lopes, onde estavam também Garrido Torres e Casimira Ribeiro. Substituiu Gudin quando este se aposentou na FNCE. Antes de partilhar com Bulhões do ministério de Castello Branco, em 1964, esteve com outros integrantes do grupo na Comissão Mista, em 1951, e no BNDE, onde foi diretor e presidente.

28 - Celso Furtado, o principal representante brasileiro na Cepal, descendia de família de bacharéis, do lado paterno, e grandes fazendeiros, do lado materno, na Paraíba. Após a diplomação em Direito no Rio e algumas experiências no jomalismo e como funcionário do DASP, ele realizou o curso de doutoramento em Economia Política em Paris, em meados dos anos 40. Com esse diploma, voltou ao Rio e fez contatos com o grupo da FGV, iniciando trabalho em 1948 na redação da revista *Conjuntura Econômica*. Insatisfeito, porém, com as tarefas menores que aí realizava, segundo relato próprio, Furtado viu na Cepal a perspectiva de melhores chances de carreira. Através da recomendação de Bulhões, então "poderoso chefe" da Divisão Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda e presidente do grupo brasileiro da comissão Abbink, ele consegue seu posto na Cepal (Celso Furtado, 1985, p. 49).

29 - Nessa mesma linha de raciocínio, pode-se lembrar interessante estudo de Earl (1983) sobre os determinantes da hegemonia atual das teorias monetaristas e neoclássicas nos EUA e na Inglaterra e da hierarquização dos temas de especialização nos meios acadêmicos de economia daqueles países.

30 - Segundo D'Araújo (1982), a conciliação entre os interesses divergentes do capital estrangeiro e dos grupos nacionalistas concretizava-se no segundo governo Vargas no funcionamento, de um lado, da Comissão Mista Brasil-EUA, e, de outro, da Assessoria Econômica, composta de técnicos nacionalistas.

31 - Como se sabe, o ISEB (órgão criado em 1955, junto ao Ministério da Educação, e encarregado da formação de altos funcionários, integrantes de partidos políticos e sindicatos) catalisou as posições nacionalistas do período. A partir de profundas divergências internas, que geraram o afastamento de vários de seus integrantes, como Roberto Campos, ele radicaliza suas posições em 1958, aliando-se ao Partido Comunista e a outros grupos de esquerda, o que motivará sua extinção por parte dos militares, após 1964.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Herminia T. (1959), "Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro", in *História das ciências sociais no Brasil*, vol. I. IDESP/Ed. Vértice/FIIVP.
- ALMEIDA, Rômulo (1988), *Depoimento*. CPDOC/FGV, Rio.
- BACHA, Edmar (1956), resenha do livro de Celso Furtado, *A fantasia organizada*. Leila.
- BENEVIDES, Maria Victoria M. (1976), *O governo Kubitschek - Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BIELCHOVSKY, R. (1955), *Abertura econômica brasileiro (O ciclo ideológico do desenvolvimentismo)*. Rio de Janeiro, IPEA/INPS.
- BIRNBAUM (1977), *Les sommets de l'Etat*. Paris, Ed. du Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1976), "Le champ scientifique". *Actes de la Recherche ert Sciences Sociales*, junho, nº 2-3.
- \_\_\_\_\_. (1982), *Leçon sur la leçon*. Paris, Ed. de Minuit.
- BULHÕES, Otávio G. (1990), *Depoimento*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, Memória do Banco Central.
- CANABRAVA, Alice P. (1951), "As condições sociais, econômicas e políticas da fundação", in *História da Faculdade de Economia e Administração da USP* (1946-1981). São Paulo, USP.
- COATS, A. Vd. (1951), *Economists in government (An international comparative study)*. Durham, Duke University Press.
- CPDOC/FGV (1953), *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV/Forense.
- D'ARAÚJO, Maria Celina S. (1952), *O segundo governo Vargas (Democracia, partidos e crise política)*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato R. (1975), *Empresariado nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- DREIFUS, R. (1951), *Aconquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Ed. Vozes, Petrópolis, 2. ed.
- EARL, P. (1953), "A behavioral theory of economists behavior" in A. Eichner, *Economics is not yet a science*. Londres, The MacMillan Press Ltd.
- EKERMAN, R. J. (1959), "A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje". *Revista Brasileira de Economia*, vol. 43, nº 2, abril-junho.
- FOURQUET, François (1950), *Les comptes de la puissance (Histoire de la compatibilité et du plart)*. Paris, Ed. Encre.
- FURTADO, Celso (1955), *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Tema, 4. ed.
- GALVÊAS, Emame (1990), *Depoimento*. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV.
- GUDIN, Eugênio (1965), *Análise dos problemas brasileiros*. Rio de Janeiro, Agir.

- IANNI, Octávio (1971), *Estado e planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- KLAMER, A. & COLANDER, D. (1990), *The making of an economist*. Boulder, São Francisco e Londres, Westview Press.
- LAFER, Celso (1970), *The planning process and the political system in Brazil: a study of Kubitschek's target plan*. Cornell University.
- LEFF, Nathaniel H. (1968), *Economic policy-making and development in Brasil 1947-1964*. John Wiley & Sons.
- LEITE, Cleanto P. (1988), *Depoimento*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- MAGALHÃES, João Paulo A. (1961). *Controvérsia brasileira sobre desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, CNI.
- MANTEGA, G. (1985), *A economia política brasileira*. São Paulo e Petrópolis, Polis/Vozes, 3. ed.
- MARTINS, Luciano (1976), *Pouvoir et développement économique*. Paris, Anthropus.
- MICELI, Sérgio (1989), "Por uma sociologia das ciências sociais", in *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I, IDESP/Vértice/FINEP, pp. 5-19.
- NOGUEIRA, Dênio (1990), *Depoimento*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- OLIVEIRA, F. (1975), "A economia brasileira, crítica à razão dualista". *Seleção CEBRAP*, n° 1, São Paulo, Brasiliense.
- PEREIRA, Jesus S. (1975), *Petróleo, energia elétrica e siderurgia: a luta pela emancipação*, (org. por Medeiros Lima), Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PINHO, D. B. (1981), "O departamento de Ciências Econômicas", in *História da Faculdade de Economia e Administração da USP (1946-1981)*. São Paulo, USP.
- POLLAK, M. (1976), "La planification des sciences sociales". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, junho, n° 2-3.
- RANGEL, Ignácio (1963), *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- RIBEIRO, Casimiro (1990), *Depoimento*. Rio de Janeiro, CPDOC/FG V.
- SCHWARTZMAN, B. & COSTA (1984), *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro e São Paulo, Paz e Terra/Edusp.
- SOLA, L. (1982), *The political and ideological constraints to economic management in Brazil, 1945-1963*. Oxford, University of Oxford.
- SOUZA, M. C. C. (1976), *Estados e partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alta Omega.
- SULEIMAN, P. (1979), *Les élites en France*. Paris, Ed. du Seuil.
- WIRTH, J. D. (1973), *A política do desenvolvimento na era Vargas (1930-1954)*. Rio de Janeiro, FGV.

# ANEXO

## Principais integrantes do campo dos economistas no Rio de Janeiro e participação simultânea em vários espaços sociais

Nome/Local/ Data de nascimento/ Diplomação/ Ocupação do pai*	Participação em organismos governamentais	Presença no ensino e outras atividades intelectuais	Atividades políticas e participação em polêmicas teóricas e ideológicas	Presença no meio empresarial*
<b>Eugênio Gudin</b> Rio, 1886 Pai: grande comerciante Engenheiro civil	Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos do Ministério da Fazenda (1931). Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira (1935). Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Delegado brasileiro em Bretton-Woods (1944) e governador brasileiro junto ao FMI e ao BIRD. Ministro da Fazenda (1954-55).	Co-fundador da SBPE. Catedrático de Moeda e Crédito da FNCE (1957). Rodador do projeto dos cursos de economia no Brasil (1944-45). Fundador do CEE/FGV (1946). Vice-pres. da FGV (1960-1976). Dir. do IBRE/FGV (antigo CEE) (1951-59).	Apoio à revolução de 1932. Participação ativa no I Congresso Nacional de Economia (RJ, 1943). Participação na "Controvérsia sobre o planejamento econômico" (final dos anos 40). Apoio ao movimento de março de 1964.	Pres. da Associação das Companhias das Estradas de Ferro do Brasil (1927-37). Dir. da Western Telegraph and Co. (1929-54).
<b>Otávio Gouveia de Bulhões</b> Rio, 1906 Pai: diplomata Advogado Curso de especialização em economia na American Univ., em Washington, EUA, no início dos anos 40	Chefe da Divisão de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda. Comissão de Mobilização Econômica (1943). Delegado brasileiro em Bretton-Woods (1944) e na sessão da ONU que fundou o FMI. Chefe do grupo de técnicos brasileiros na Comissão Abbinck (1948). Pres. do CNE (1950-54). Superintendente da Sumoc (1954-55 e 1961-62). Ministro da Fazenda (1964).	Participação no projeto dos cursos de economia no Brasil (1944-45). Prof. de Valor e Formação de Preços na FNCE. Pres. do IBRE/FGV. APEC.	Participante ativo do I Congresso Nacional de Economia (RJ, 1943). Apoio a E. Gudin na "Controvérsia sobre o planejamento econômico". Atuação no IPES. Apoio ao movimento de março de 1964.	Consultec (1958). Dir. da Wilkinson Fiat Lux. Pres. do Cons. Adm. da Ericsson do Brasil. Pres. do Cons. Adm. do Unibanco. Cons. Consultivo do Banco Itaú de Investimentos. Pres. do Cons. Adm. do Banco Comiad. Pres. do Cons. Adm. da Bayer do Brasil.
<b>Roberto Campos</b> Mato Grosso, 1917 Seminarista/funcionário/ diplomata Estudos de economia nos EUA, no início dos anos 40	Departamento Econômico do Itamarati (início dos anos 40). Delegado brasileiro em Bretton-Woods (1944). Delegado brasileiro em congressos, conferências e sessões de organismos internacionais (1947-50). Comissão Mista Brasil-EUA (1951). Dir. econômico do BNDE (1952). Diretor-superintendente do BNDE (1955). Participação na elaboração do programa econômico de JK. Pres. do BNDE (1958). Embaixador nos Estados Unidos (1961-64). Ministro da Fazenda (1964).	Prof. do CNE. Prof. de Política Monetária na FNCE (após a aposentadoria de E. Gudin em 1957). APEC.	Participação nas disputas "Nacionalistas x entreguistas". Atuação no IPES. Apoio ao movimento de março de 1964.	Consultec. Conselheiro da Hanna Mining Co. Consultor da Bond & Shure. Assessor econômico da Camargo Correa Construtores. Cons. da Mercedes Benz do Brasil. Cons. do Banco de Desenvolvimento Comercial. Fundador do complexo financeiro Investbank e Investcred.
<b>Antônio Dias Leite</b> Rio, 1920 Engenheiro Doutor em economia pela FNCE/UB (1952)	Comissão de Planejamento Econômico (1944). Subsecretário para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda (1963-64). Ministro das Minas e Energia (1964).	Prof. de Estrutura das Organizações Econômicas na ENE (1946). Chefe da Equipe de Renda Nacional da FGV (1946-49). Prof. catedrático da FNCE (1952). Cons. Consultivo da RBE.		Econtec. Dir. da CVRD. Pres. do Cons. Adm. da Openflora (1976).
<b>Lucas Lopes</b> Minas Gerais, 1911 Engenheiro	Dir. da seção mineira da Comissão de Mobilização Econômica (1942-43). Comissão Mista Brasil-EUA (1951). Cons. Adm. do BNDE (1952). Ministro da Viação e Obras Públicas (1954-56). Pres. do BNDE (1956). Pres. do CND (1956). Ministro da Fazenda (1958-59).	Prof. catedrático de Geografia Econômica na FCE/UMG. APEC.		Consultec. Pres. do Cons. Adm. de Furtas (1961-64). Cons. Adm. do Banco Denasa. Cons. Adm. Minerações Brasileiras Reunidas. Cons. Consultivo do Banco Credisan. Cons. Consultivo da Magnesita. Dir. da Hanna Mining Co.
<b>Glyson de Paiva</b> Minas Gerais, 1902 Engenheiro	Comissão de Mobilização Econômica (1943-44). Delegado brasileiro em vários congressos e conferências internacionais (1944-54). Comissão Mista Brasil-EUA (1951). Dir. do BNDE (1952-53). Dir. da Cia. Vale do Rio Doce (1955). Pres. do BNDE (1955-56).	APEC. Cons. Consultivo da RBE.	Participação ativa na criação e organização do IPES, do qual foi vice-pres. (1961-67). Apoio ao movimento de março de 1964.	Consultec. Cons. da CNC. Cons. Adm. da Mercedes Benz do Brasil. Cons. Consultivo da Siemens. Cons. Econômico da CNI. Cons. Adm. da Cia. Auxiliar de Empresas de Mineração.



# ANEXO

## Principais integrantes do campo dos economistas no Rio de Janeiro e participação simultânea em vários espaços sociais

Nome/Local/ Data de nascimento/ Diplomação/ Ocupação do pai*	Participação em organismos governamentais	Presença no ensino e outras atividades intelectuais	Atividades políticas e participação em polêmicas teóricas e ideológicas	Presença no meio empresarial*
<b>Ernane Galvão</b> Espírito Santo, 1922 Pai: dentista prático Curso de especialização em economia na CEMLA, México, 1954, e mestrado em Yale, EUA (1958)	Funcionário de carreira do BB (desde 1942). Chefe-adjunto do Depto. Econômico do Sumoc (1953). Cons. Deliberativos da Sunah e da Sudene (1962). Dir. financeiro da Comissão da Marinha Mercante (1963).	Prof. do curso de pós-graduação do CNE (1960-64). Prof. da Faculdade de Ciências Econômicas e Finanças do RJ. APEC.		Vice-pres. da Azucar (1974). Cons. Consultivo da Intercontinental Empreendimentos.
<b>Dênio Nogueira</b> Rio, 1920 Pai: militar Economista Curso de pós-graduação em economia na Univ. Michigan, EUA	Chefe da Divisão de Finanças do CNE. Funcionário da Sumoc. Pres. da Sumoc (1964-65). Grupo de Implementação do Plano de Metas de JK.	Cons. Consultivo da RBE. Primeiro redator-chefe da <i>Conjuntura Econômica</i> (FGV) (1953-68). APEC.	Atuação no IPES. Participação no movimento de março de 1964.	Dirigente do Grupo Rotschild no Brasil. Consultec.
<b>Paulo Lima</b> Rio, 1930 Economista pela FNCE/UB Curso de pós-graduação em economia na Univ. Harvard, EUA	Chefe da Seção Monetária da Sumoc (final dos anos 40).	Prof. do curso de pós-graduação do CNE, da FNCE e de cursos promovidos pela Cepal no Brasil.		Ecotec. Consultor da CNI.
<b>Cassiano Ribeiro</b> Santa Catarina, 1922 Advogado Curso de pós-graduação em economia na London School (meados dos anos 50)	Funcionário de carreira do BB. Dir. do Depto. Econômico da Sumoc. Conselho da Política Aduaneira. Consultor Econômico do CND. Assessor do ministro da Fazenda José Maria Alkmin (1956-58). Grupo de Implementação do Plano de Metas de JK. Delegado brasileiro no FMI.	Prof. de Moeda e Crédito na FNCE (após a aposentadoria de E. Gudin em 1957).		Assessor econômico da CNC.
<b>Genival Santos</b> Bahia, 1920 Economista pela FNCE/UB	Comissário Abbiak (1948-49). Chefe do Depto. Econômico do BNDE (1961). Pres. do BNDE (1963).	Equipe de Renda Nacional da FGV. Prof. de economia da EBAP/FGV, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica e da FNCE.	Participação ativa no movimento Resistência Democrática.	
<b>João Garrido Torres</b> Rio, 1915 Economista Curso de pós-graduação em economia na Univ. Nova Iorque, EUA	Assistente técnico da Cexim (1951). CNE (1954). Pres. do CNE (1957- 58). Dir. executivo da Sumoc (1958-59). Pres. do BNDE (1964).	Dir. de <i>Conjuntura Econômica</i> (1953-). APEC.	Dirigente do IPES.	Consultec.
<b>Mário Henrique Simonsen</b> Rio, 1935 Engenheiro e economista Doutor em economia pela FGV (1973)		Prof. do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1958). Prof. do curso de engenharia econômica da ENE (1958-60). Prof. de cursos de aperfeiçoamento de professores do IBRE/FGV (1961-74). Prof. do curso de análise econômica do CNE (1959-64). APEC.	Atuação no IPES.	Chefe de Cons. Econômico da CNI. Consultec. Assessor econômico da Ecotec. Dir. do Depto. Econômico da CNI. Dir. da Credisan (1962-63).
<b>Julian Chacel</b> Rio, 1928 Economista pela FNCE/UB (1948)		Prof. da FNCE (1952-71). Editor da RBE (1955-68). Chefe da Equipe de Renda Nacional da FGV (1956-60). Chefe do Centro de Estudos Agrícolas da FGV (1960-63). Prof. visitante do Instituto de Estudos Latino- Americanos da Univ. Colombia/ EUA (1964). APEC.	Atuação no IPES.	Cons. de Furnas. Assessor econômico da Brascan (1975-79). Assessor econômico do pres. da CNI. Cons. Latino- Americano da IBM. Cons. Consultivo da Nestlé. Cons. Consultivo do Montreal Bank.

## ANEXO

## Principais integrantes do campo dos economistas no Rio de Janeiro e participação simultânea em vários espaços sociais

Nome/Local/ Data de nascimento/ Diplomação/ Ocupação do pai*	Participação em organismos governamentais	Presença no ensino e outras atividades intelectuais	Atividades políticas e participação em polêmicas teóricas e ideológicas	Presença no meio empresarial*
Alexandre Kadka Tchecoslováquia Economista	Assessor econômico do ministro da Fazenda E. Gudin (1954-55). Representante brasileiro na FMI.	Dir. do Instituto de Estudos Econômicos da FGV (anos 50). Dir. de pesquisas do IBRE/FGV (anos 60). APEC.	Atuação no IPES.	Consultor. Assessor econômico da Federação das Indústrias de São Paulo (início dos anos 50).
Isaac Keruteneitzky Economista pela FNCE/UB		Prof. da FNCE. Cons. Consultivo do IBRE/FGV. Chefe do Centro de Estudos de Relações Interindustriais do IBRE/FGV.		
Aldo Batista Franco Economista pela FNCE/UB	Funcionário do BB. Dir. da Cacer (1964).	Prof. da FNCE.		Vice-pres. do Cons. Técnico da CNC.
Celso Furtado Paraíba, 1920 Pai: advogado Advogado Doutor em economia pela Univ. Paris (final dos anos 40)	Pres. do Grupo Misto BNDE-Cepal (1953). Grupo de trabalho idealizador da Sudene (início dos anos 50). Superintendente da Sudene (1952). Ministro do Planejamento (1962-63).	Principal representante do Brasil na Cepal. Clube de Economistas.	Participação intensa no debate "Estruturalismo x monetarismo", ou FGV x Cepal. Atuação no ISEB. Cassado pelo AI-5.	
Ignácio Rangel Maranhão, 1914 Pai: magistrado Advogado	Assessoria econômica de G. Vargas (1951-54). Dir. do BNDE. Participação na elaboração do Plano Trienal.	Cons. Editorial da REB.	Atuação no ISEB.	
Rômulo de Almeida Bahia, 1914 Advogado	Técnico em planejamento econômico do Ministério do Trabalho (1942-43). Assessor econômico da Assembleia Nacional Constituinte (1946). Comissão Mista Brasil-EUA (1948-49). Comissão Abbink (1951-53). Chefe da Assessoria Econômica de G. Vargas (1951-53). Consultor da Sumoc (1953). Pres. do Banco do Nordeste do Brasil (1953).	Clube de Economistas. Cons. Editorial da REB.	Atuação no ISEB.	Assessor econômico da CNI (1950-51). Cons. Adm. da CNI (1959).
Jesus Soares Pereira Ceará, 1910 Sociólogo	CPCE (1937-45). Assessoria Econômica de Vargas (1951-54). Dir. de vendas da CSN (1962).	Centro de Análise da Conjuntura Econômica da FGV. Clube de Economistas. Cons. Editorial da REB. Cons. de Redação de <i>Desenvolvimento e Conjuntura</i> .	Atuação no ISEB. Cassado pelo AI-5.	
Cleanto de Paiva Leite Paraíba, 1921 Pai: diretor de escola primária Advogado Curso de pós-graduação em economia nos EUA e na Inglaterra (1945)	Funcionário do DASP (1942-46). Funcionário da ONU (1946-51). Assessoria Econômica de G. Vargas (1951-54). Dir. do BNDE (1953-56 e 1958-62). Chefe de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas (1957). Governador brasileiro e dir. executivo pelo Brasil no BID (1963).	Clube de Economistas. Cons. Editorial da REB.		Vice-pres. da Ass. Bras. da Ind. Química (Abiquim). Vice-pres. da ISMA. Pres. do Cons. Adm. da Agrofértil. Dir. da Isalube. Cons. Adm. da Petróleo Ipiranga. Cons. Adm. da Química Geral do Nordeste. Cons. Consultivo da Fibase.
Ewaldo Correia Lima		Comissão Executiva do ISEB. Dir. da revista <i>Cadernos do Nosso Povo</i> (ISEB). Cons. Editorial da REB. Cons. Consultivo da RBE (1958-60).		Chefe do Depto. Econômico da CNI.
Américo Barbosa de Oliveira Rio Engenheiro	Colaborador da Cepal (1952). Dir. da Seção de Renda Nacional do BNDE (1953).	Chefe de redação de <i>Conjuntura Econômica</i> (1948-53). Comitê de Direção da REB (1962).		

# ANEXO

## Principais integrantes do campo dos economistas no Rio de Janeiro e participação simultânea em vários espaços sociais

Nome/Local/ Data de nascimento/ Diplomação/ Ocupação do pai*	Participação em organismos governamentais	Presença no ensino e outras atividades intelectuais	Atividades políticas e participação em polêmicas teóricas e ideológicas	Presença no meio empresarial*
<b>Amílcar Villela</b> Economista pela FNCE/UB Curso de pós-graduação em economia na Suécia e na Inglaterra	Grupo Misto BNDE-Cepal (1953).	Cons. Consultivo de RBE. APEC. Corpo de redação da <i>Desenvolvimento e Conjuntura</i> CNI.	Colaborador do IPES.	Dir. da Brastec.
<b>João Paulo de A. Magalhães</b> Economista pela FNCE/UB Doutor em economia pela Univ. Paris	Chefe da Comissão Nacional de Planejamento no governo Jânio Quadros.	Cons. Consultivo do IBRE/FGV (1962). Cons. Editorial da RBE. Catedrático em Economia Política na Faculdade Nacional de Direito/UB. Dir. da <i>Desenvolvimento e Conjuntura</i> .	Atuação no ISEB.	Consultor do CNI.
<b>Heremlano Borges da Pomera</b> Advogado	Superintendente da Sumoc. Comissão Mista Brasil-EUA (1951). Representante do Brasil no FMI e no BIRD.	Cons. Editorial da RBE e Cons. Consultivo da RBE.	Atuação no IPES.	Centro das Indústrias do Rio de Janeiro. Cons. da General Motors do Brasil.
<b>Sidney Latini</b> Economista Curso de especialização no FMI	Funcionário da Sumoc. Secretário- executivo do GEIA no governo JK (1956-60). Grupo de Implementação do Plano de Metas.	Cons. Editorial da RBE.		
<b>Guilherme Fagundes</b> Curso de especialização no FMI	Funcionário da Sumoc. GEIA (1956-60).	Cons. Consultivo da RBE. Cons. Editorial da RBE. APEC.		
<b>Eduardo Sobral</b> Economista pela FNCE/UB Curso de especialização na Cepal	CNE.	Prof. nos cursos do CNE. Redator de <i>Desenvolvimento e Conjuntura</i> .		
<b>Damar Campos</b> Economista	Funcionário da Sumoc. Assessor da delegação brasileira na Cepal.	Redator de <i>Conjuntura Econômica e de Desenvolvimento e Conjuntura</i> .		
<b>Thomas Pompeu Actoly Borges</b> Economista	IBGE.	Redator-chefe de <i>Conjuntura Econômica</i> (1953). Centro de Estudos Sociais do IBRE/FGV. Cons. Editorial da RBE.		

(\*) Os dados da primeira e da última coluna não puderam ser completados. Também não foi possível precisar todos os períodos correspondentes a cada participação nos meios empresariais.

### SIGLAS

APEC - Análise e Perspectiva Econômica\*\*; BB - Banco do Brasil; BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento; BIRD - Banco Mundial; BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; Brastec - Agência de consultoria técnica; Caeex - Carteira de Comércio Exterior/BB; CEE/FGV - Centro de Estudos Econômicos da Fundação Getúlio Vargas; CEMLA - Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos; Cepal - Comissão Econômica para a América Latina; Caxim - Carteira de Exportação e Importação/BB; CFCE - Conselho Federal do Comércio Exterior; CNC - Confederação Nacional do Comércio; CND - Conselho Nacional de Desenvolvimento; CNE - Conselho Nacional de Economia; Consultec - Cia. Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos; CNI - Confederação Nacional da Indústria; CSN - Cia. Siderúrgica Nacional; CVRD - Companhia Vale do Rio Doce; DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público; EBAP/FGV - Escola Brasileira de Administração Pública; ENE - Escola Nacional de Engenharia; FCE/UMG - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais; FMI - Fundo Monetário Internacional; FNCE/UB - Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil; GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística; IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IBRE/FGV - Instituto Brasileiro de Economia; IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais; ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros; RBE - Revista Econômica Brasileira; RBE - Revista Brasileira de Economia; SBEP - Sociedade Brasileira de Economia Política; Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Sumoc - Superintendência da Moeda e do Crédito; Sunab - Superintendência Nacional de Abastecimento.

(\*\*) APEC: associação civil financiada por empresários, predominantemente cariocas, com o objetivo de realizar e divulgar estudos econômicos. Além da editora que publicou inúmeros trabalhos de Roberto Campos e outros, a APEC divulgava boletins mensais e anuais de conjuntura econômica.